

# A CLASSE OPERÁRIA



PROLETÁRIOS  
DE TODOS  
OS PAÍSES  
UNI-VOS

## Universitários de todo o país no Congresso da UNE em Minas

O 46º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) tem o desafio de "conseguir o máximo de unidade possível e apontar um calendário de lutas", na opinião do presidente da entidade Ricardo Cappel-li. O presidente da UNE faz um balanço da sua gestão e aborda os progressos e dificuldades que os estudantes vêm enfrentando.

Foram credenciados quase 5 mil delegados, o que expressa o crescimento da organização do movimento. A firme oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso dará o tom político do encontro máximo dos universitários.

Página 5

## Cientistas pela integração da América Latina

A Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência realiza sua reunião anual e vai propor uma reflexão sobre o Mercosul em seus múltiplos aspectos, dentre os quais o da cooperação econômica, científica, cultural e tecnológica como ferramenta para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

Página 8

## Os juros e o declínio do império norte-americano

A perspectiva de alta dos juros norte-americanos vem provocando um grande nervosismo nos mercados de capitais. No Brasil, adicionada à carga da dívida externa, tem contribuído ainda para uma maior desvalorização do real e tende a complicar um pouco mais a precária situação da economia. A instabilidade das taxas de juros nos Estados Unidos está associada à necessidade de atrair capitais para financiar déficits externos, que expressam o crescente parasitismo do imperialismo ianque.

Página 9

## Ocupação militar não leva a paz para a Iugoslávia

Cessaram os bombardeios, mas começou a ocupação militar da Iugoslávia. A paz nos Balcãs está muito longe. Para os povos e as forças progressistas, a luta permanece a mesma: contra a agressão imperialista, contra as tropas de ocupação. Pela independência nacional, pela solidariedade aos países e povos agredidos. Pela verdadeira paz.

Página 10



# Chega! Basta! Fora FHC!

"Nada mais importante, na presente situação, do que criar e desenvolver um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, destinado a impulsionar a luta contra o governo nefasto de Fernando Henrique Cardoso". A afirmação, de João Amazonas, será veiculada no programa nacional de TV do PCdoB, dia 8 de julho.

Os comunistas estão incorporados no grande movimento para pôr fim ao governo de FHC, conforme salienta o presidente do

Partido: "Esse governo realiza uma política de traição nacional, vende o patrimônio público, submete a economia do país ao Fundo Monetário Internacional, gerando o desemprego em massa e o aumento crescente da miséria entre largos setores do povo. É incapaz de resolver os problemas cruciais que afetam a maioria da população. Fernando Henrique não tem condições de continuar à frente do governo. Antes que cause maiores danos à nossa pátria e ao nosso povo, impõe-se o seu afastamento do cargo que

ocupa. E a realização de novas eleições para a Presidência da República. É hora de mudar. O Brasil precisa de um novo governo", finaliza Amazonas.

A Frente de Oposição Democrática e Popular realizará, dia 26 de agosto, em Brasília, uma grande manifestação para entregar à Câmara Federal documento com 1 milhão de assinaturas denunciando FHC por atos atentatórios à probidade administrativa. O Conselho Político da Frente prepara um manifesto à nação.

Páginas 3, 4 e 7

## PCdoB



Goiás vai reforçar atuação partidária

## Comunistas goianos antecipam Conferência Estadual

O PCdoB de Goiás realizou, nos dias 19 e 20 de junho, a Pré-Conferência, com 160 delegados de 39 municípios.

Foi feito um balanço da atividade do Partido em Goiás desde junho de 1997. Foram eleitos os 29 membros efetivos e 5 suplentes do novo Comitê Estadual. O vice-presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, destacou a necessidade do Partido estar na vanguarda da luta pelo fim do governo FHC. O governador Marconi Perillo (PSDB), o deputado federal Pedro Wilson (PT) e o vice-presidente do diretório estadual do PT, Pinheiro Sales, prestigiaram a atividade dos comunistas goianos.

Foi ressaltado que o Partido é uma legenda que usufrui de ampla confiança do povo goiano, da esquerda e do campo democrático popular. Mas constatou-se que o PCdoB acumulou deficiências. A questão central a ser superada é a conquista da unidade de ação. É necessário aumentar a presença e os vínculos do PCdoB com as lutas das massas.

### Desafios estaduais

Goiás tem 27 comitês municipais, 13 comissões provisórias e está presente, de forma dispersa, em cerca de 10 municípi-

os. Pretende-se dobrar nos próximos dois anos o número de cidades e conquistar novos filiados (800 até o final do ano). Foi decidido implementar o Curso Intensivo de Formação Marxista (Ciforma) e dar uma qualidade nova à militância orgânica, revitalizando as organizações existentes e criando novas. A conferência referendou com entusiasmo a decisão da Comissão Política do CC de intensificar as ações para dar fim ao governo FHC.

O Partido decidiu reforçar a participação no Movimento Goiano em Defesa do Brasil, composto por 8 partidos e 60 entidades sindicais e populares. Os comunistas goianos pretendem conseguir 15 mil adesões para o abaixo assinado pelo enquadramento de FHC em crime de responsabilidade.

Foi reafirmado o apoio, participação e independência do Partido face ao governo de Marconi Perillo. Esta postura tem sido frutífera ao PCdoB. Para as eleições municipais de 2000, está posto o desafio dos comunistas ampliarem sua presença nas Câmaras de Vereadores. Destaca-se, também, a disputa pela Prefeitura de Goiânia. "A retomada da prefeitura da capital é decisiva para a reafirmação das forças progressistas em Goiás", disse o ex-presidente do CE Adalberto Monteiro.

## Calendário de conferências do PCdoB

O Partido Comunista do Brasil está realizando uma série de conferências regionais, conforme deliberação da Comissão Política Nacional do Comitê Central de 6 de fevereiro. As conferências abordarão:

- Tarefas políticas do Partido na atual conjuntura nacional e estadual;
- Plano de construção e estruturação partidária no Estado;
- Balanço da atividade do Comitê Es-

tadual;

d) Eleição do novo Comitê Estadual.

Nos Estados em que os comitês estaduais são provisórios e foram atingidos os preceitos estatutários (art. 20, parágrafos 4º e 5º), as conferências elegerão os comitês definitivos.

Goiás já realizou sua conferência (veja matéria nesta página). Os outros Estados realizarão nas seguintes datas:

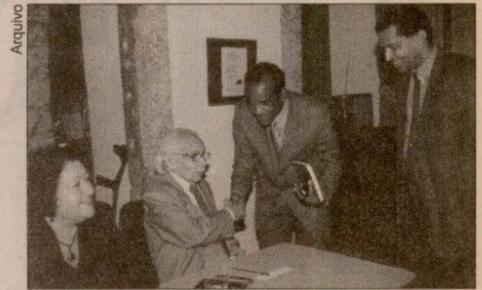
UF	Datas	UF	Datas
PA	16 a 18 de julho	MA	30 de julho a 1º de agosto
RR	18 de julho	AM	30 de julho a 1º de agosto
MS	23 a 25 de julho	SE	30 de julho a 1º de agosto
AL	24 de julho	SP	30 de julho a 1º de agosto
ES	24 de julho	AP	31 de julho a 1º de agosto
MT	24 de julho	CE	31 de julho a 1º de agosto
BA	24 e 25 de julho	DF	31 de julho a 1º de agosto
PI	24 e 25 de julho	MG	31 de julho a 1º de agosto
PE	24 e 25 de julho	PB	31 de julho a 1º de agosto
RN	24 e 25 de julho	PR	31 de julho a 1º de agosto
SC	24 e 25 de julho	RJ	30 de julho a 1º de agosto
AC	24 e 25 de julho	RO	31 de julho e 1º de agosto
		RS	31 de julho a 1º de agosto

### EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) Edição em HTML: Gabriela Mendonça. Editoração Eletrônica: Sandra Luiz Alves. Administração: Francyrose de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - E-mail: [classeop@ruralsp.com.br](mailto:classeop@ruralsp.com.br)

## Lançamento do livro de Amazonas no Rio e em Brasília

No dia 14 de junho João Amazonas compareceu à livraria Dazibao, Rio de Janeiro, para o lançamento do livro *Os Desafios do Socialismo no Século XXI*. Estiveram presentes mais de 200 pessoas, entre elas o escritor Arthur Poener, os secretários estaduais Antônio Pitanga (Esporte e Lazer), Carlos Correia (Assuntos Fundiários), Jonas Lopes (Chefe do Gabinete Civil), Wagner Viscter (Energia, Petróleo e Indústria Naval) e Teotônio Santos (Relações Internacionais); o vice-presidente nacional do PSB, Roberto Amaral; a presidente nacional do PCB, Zuleide Faria de Melo; os subsecretários estaduais Aloysio de Oliveira e Luís Eduardo Soares; o presidente da FAETEC, Carlos Augusto de Azevedo; a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ); os deputados estaduais Edmilson Valentim (PCdoB), Paulo Ramos (PDT) e Délio Leal (PMDB); os vereadores Fernando Gusmão (PCdoB), Lysâneas Maciel (PDT) e Florinda Lombardi (PT); e a ex-deputada estadual Heloneida Stuart, entre outros.



Pitanga cumprimenta Amazonas, no Rio



Amazonas durante ato no Congresso

çamento do livro *Os Desafios do Socialismo no Século XXI* no espaço cultural da Câmara dos Deputados, em Brasília, com a participação de Amazonas e de mais de 350 pessoas.

Estiveram presentes o senador Pedro Simon (PMDB-RS); os deputados José Dirceu (presidente do PT), Alceu Colares (PDT-RS), Miro Teixeira (PDT-RJ), Marcelo Barbieri (PMDB-SP), Roberto Pessoa (PFL-CE), Ricardo Maranhão (PSB-RJ), Luiza Erundina (PSB-SP), Waldir Pires (PT-BA), Caio Riela (PTB-RS), Sérgio Novaes (PSB-CE), Pedro Wilson (PT-GO), professor Luizinho (PT-SP), Gilvan Freitas (PMDB-GO), Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), Anivaldo Vale (PSDB-PA), Tetê Bezerra (PMDB-MT), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Sinval Guazelli (PMDB-RS), além da bancada federal do PCdoB.

### Reunião com Garotinho

O governador Anthony Garotinho (PDT) recebeu Amazonas, no dia 14 de junho, no Palácio das Laranjeiras. Amazonas destacou o potencial de realização de uma gestão que é resultado da unidade da esquerda. Também participaram da reunião a presidente regional do PCdoB, Ana Rocha, a deputada federal Jandira Feghali, o deputado estadual Edmilson Valentim, o vereador Fernando Gusmão e Pedro de Oliveira, da direção nacional.

### Lançamento em Brasília

No dia 23 de junho foi realizado o lan-

## Mandatos comunistas à serviço da luta

Os vereadores e deputados estaduais do PCdoB estão contribuindo significativamente, através da proposição de projetos e organização de movimentos, para a difusão da política antineoliberal e para a unificação da luta do nosso povo.

A vereadora Ana Martins (SP) apresentou projeto de lei que dispõe sobre as Áreas de Interesse Social para Urbanização Específica. O projeto visa reconhecer a situação de déficit de moradias para a população de baixa renda e a regularização das áreas ocupadas por trabalhadores sem moradia.

No dia 28 de maio, a vereadora Olívia Vieira (Goiânia) lançou, com a participação de 151 entidades, o *Fórum em Defesa do Trabalho, pelo Emprego e Qualidade de Vida*.

Em Itabuna/BA, o vereador Luís Sena apresentou projeto que instituiu o Programa de Incentivo ao Estágio Remunerado no âmbito da administração municipal.

O vereador de Campinas (SP), Sérgio Benassi, apresentou Emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias obrigando a Administração Municipal a fornecer informações para uma análise criteriosa da proposta orçamentária. Esta iniciativa decorre de proposta aprovada no Seminário Nacional de Parlamentares do PCdoB.

Em Goiânia, o vereador Fábio Tokarski realizou, dia 10 de maio, sessão especial de apoio às Micro e Pequenas Empresas. Foi formada a Frente Parlamentar de Apoio à Micro e Pequena Empresa, tendo Fábio como presidente. A Frente vai buscar incentivos para essas empresas que são responsáveis pelo emprego de 60% dos trabalhadores brasileiros.

O vereador Miguel Felício (Vitória da

Conquista/BA) negociou a aprovação da nova lei sobre o transporte coletivo municipal, no sentido de quebrar o monopólio do transporte coletivo.

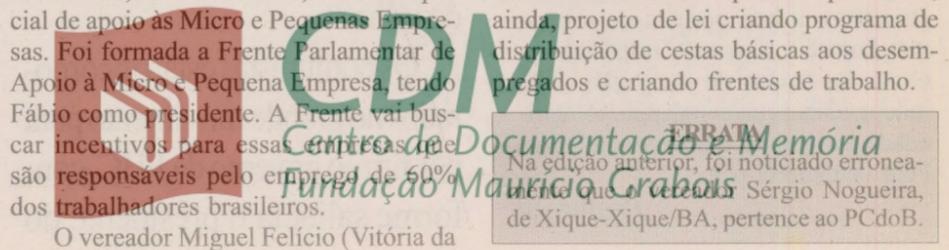
### Deputados estaduais

Para ajudar no combate à violência contra a mulher, a deputada Sandra Batista (PA) apresentou requerimento pedindo ao presidente do Tribunal de Justiça do Pará, José Alberto Maia, que mande à Assembléia Legislativa Projeto de Lei que cria o Juizado Especial de Crimes contra a Integridade da Mulher. As delegacias especializadas em crimes contra a mulher receberam mais de 60 mil denúncias, mas apenas 2.048 denúncias transformaram-se em processos judiciais.

Em São Paulo, o deputado Nivaldo Santana apresentou o projeto de lei que proíbe o corte de água e energia elétrica, pelo prazo de 9 meses, da residência do trabalhador desempregado. Apresentou também projeto garantindo um espaço colocado à disposição de sindicatos e organizações populares e voltados ao aprimoramento cultural dos trabalhadores.

O deputado Jamil Murad (SP) apresentou proposta que permite aos diretores de entidades estudantis o livre acesso aos estabelecimentos de ensino durante o período das aulas. O deputado apresentou, ainda, projeto de lei criando programa de distribuição de cestas básicas aos desempregados e criando frentes de trabalho.

Na edição anterior, foi noticiado erroneamente que o deputado Sérgio Nogueira, de Xique-Xique/BA, pertence ao PCdoB.



NACIONAL

# As razões do repúdio ao governo de FHC

ALDO REBELO\*

Pesquisas recentes dão conta da queda vertiginosa da aprovação do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Já tardava a manifestação dos índices de repulsa, da condenação e do repúdio do povo ao governo do atual mandatário do nosso país. FHC tem mergulhado o Brasil numa trajetória de vergonha, de incompetência, corrupção e insensibilidade social.

A principal característica do governo tem sido a irresponsabilidade da política econômica, conduzida pelo aventureirismo, pela subserviência aos grupos internacionais. Uma política que volta as costas para o país, para os produtores nacionais. É marcada pela insensibilidade social, pela corrupção mais deslavada que se tem notícia na história da República, e pelo entreguismo. Governos como os de Campos Sales, Dutra e Castello Branco estão entronizados no pedestal do patriotismo, se comparados ao entreguismo vergonhoso que tem marcado o governo do sr. Fernando Henrique Cardoso.

## Degradação das condições de vida

A dívida pública interna e a dívida externa nunca cresceram tanto como atualmente. O governo FHC submeteu os funcionários públicos a um congelamento de salários de 4 anos. Deu um vergonhoso reajuste de salário mínimo de R\$ 36,00. Cortou recursos da educação, da saúde, dos transportes, da segurança. Mesmo assim, depois de 5 anos de cortes no Orçamento, de desmonte do Estado, de venda do patrimônio público (setor petroquímico, setor siderúrgico, Vale do Rio Doce, empresas de telecomunicações), a dívida pública passou de R\$ 63 bilhões, no início do governo FHC, para quase R\$ 500 bilhões nos dias de hoje!

Os hospitais públicos, casas da esperança, da vida e da cura, transformaram-se em casas de horrores, da morte, do desespero, das filas quilométricas nas madrugadas atrás de uma consulta, de uma cirurgia que a saúde pública já não oferece. Vão se tornando freqüentes, nos hospitais públicos, as mortes coletivas por falta de equipamentos ou por negligência.

Nas escolas públicas também formam-se filas quilométricas, onde mães e pais disputam o direito de matricular seus

filhos. A universidade, onde alguns chegavam esperando mais adiante o reconhecimento material ou moral da sociedade, hoje já não oferece perspectivas para quem a frequênta.

A abertura econômica fechou empresas brasileiras, transferiu o patrimônio privado e público para empresas internacionais, promoveu a maior onda de desnacionalização da economia do nosso país. São Paulo parece uma cidade bombardeada, ocupada, destruída por uma guerra, tal a quantidade de empresas metalúrgicas, químicas, farmacêuticas fechadas porque o atual governo favoreceu as suas concorrentes multinacionais. As que não fecharam, os seus proprietários tiveram que transferi-las para felizardos compradores estrangeiros.

Setores inteiros de produção agropecuária tradicional foram dizimados, como os produtores de trigo e de arroz do Rio Grande do Sul, os criadores de gado, os produtores de leite. Mais de 400 mil pequenos produtores rurais, já assentados, no usufruto de sua pequena propriedade agrícola, foram obrigados a sair da terra, a entregar sua propriedade a um banco ou vendê-la a um vizinho mais próspero, porque o governo FHC protege banqueiros, obedece ao FMI, mas é insensível para a labuta diária, para as madrugadas frias, para o sol e para a chuva que os produtores rurais – médios, grandes e pequenos – enfrentam para manter este país com esperança de progresso e de futuro. Esses 400 mil pequenos proprietários não eram habitantes de acampamentos de sem-terra em margem de estradas – eram produtores rurais que tinham herdado a sabedoria, a técnica e o amor à terra de gerações de seus familiares...

## Crescimento das desigualdades

Foram também mais de 2 milhões de empregos no campo varridos pela política econômica criminosa, conduzida por tecnocratas que não conhecem o Brasil. Não conhecem uma cidade do Nordeste. Nunca olharam na cara de um faminto da seca ou discutiram com um pequeno proprietário rural. Nunca encararam um industrial sufocado pela taxa de juros e pelos bancos que lhes roubam o futuro e o esforço produtivo.

No atual governo as desigualdades regionais só se am-



Em todo o país multiplicam-se os atos pelo fim do governo FHC

pliaram. A renda do Norte e do Nordeste caiu, em relação ao Sudeste, durante estes 5 anos. Isso é um crime. Isso é semente da discórdia. Sou deputado por São Paulo, mas sou nordestino, sou alagoano. Sei o quanto pesa para o nordestino o sentimento de abandono pelo poder central, o sentimento do preconceito e da discriminação. O Nordeste já foi o celeiro do Brasil, já foi o campeão em exportação, no auge da cana-de-açúcar. O Norte também já conheceu momentos de grande desenvolvimento no ciclo da borracha. Cabe ao poder central garantir as possibilidades de desenvolvimento igual. Mas o governo FHC amplia essas diferenças regionais, porque para o Fundo Monetário Internacional, para os grandes produtores mundiais de mercadorias que entram no Brasil com a abertura econômica, o que vale é o mercado do Sudeste e do Sul; o Nordeste, o Norte ou o Centro-Oeste não têm grande importância.

Os nossos engenheiros e técnicos, que trabalhavam nas empresas de telecomunicações do Estado, foram demitidos, enquanto felizardos engenheiros espanhóis habitam nos hotéis de 5 estrelas de São Paulo, ganhando em dólar que mandam para a Espanha. É essa a grande obra social do presidente Fernando Henrique: fabricar desemprego no Brasil e criar emprego nos Estados Unidos, na Espanha.

## FHC não tem projeto estratégico para o país

O Brasil, com FHC, não tem mais projeto estratégico. Não sabe se se filia à Área de

Livre Comércio das Américas, o que terminaria de destruir a indústria brasileira em competição com um concorrente muito superior; não sabe se fortalece o Mercosul, como uma opção regional de mercado comum com seus vizinhos da América Latina; não sabe se se integra com a Europa.

O Brasil não tem política de defesa nacional. Os Estados Unidos constróem aeroportos para fins militares em vários países vizinhos da América Latina. E o governo brasileiro, o que faz? Semeia a idéia falsa de que vivemos num mundo de paz. Mas, não! Vivemos num mundo de confronto. O Brasil precisa preservar a sua soberania, fortalecer suas Forças Armadas, prestigia-las. O governo não tem feito isso.

A podridão infesta a atual administração. Os escândalos se sucedem. Por muito menos do que isso foi tirado do poder o ex-presidente Fernando Collor de Mello. Nenhuma das acusações que justificaram a cassação de Collor compara-se com a corrupção generalizada que envolve o atual governo. Desde o escândalo da compra de votos, passando pela venda das empresas de telecomunicações, da Vale do Rio Doce e de tantas outras, e nada é investigado. Arma-se uma cortina de silêncio. E o povo brasileiro pergunta onde vamos parar com essa situação.

O velho Karl Marx, grande sábio alemão, dizia que a vergonha já é uma revolução, porque a vergonha é uma espécie de cólera voltada contra si mesmo. Talvez, aos atuais governantes, além do sentimento patriótico da responsabilidade social, falte também um pouco de

vergonha – de voltar contra si próprios um pouco da cólera que atinge nosso povo. Por que o atual presidente da República e seu ministro da Fazenda não pensam no que se passa na cabeça de um trabalhador desempregado, nos 20% dos brasileiros de São Paulo ou nos 18% dos brasileiros de Belo Horizonte que não têm emprego? Pensem no que se passa na cabeça de uma família de agricultores obrigada a abandonar sua terra. Pensem no que se passa na cabeça de uma mãe que acorda, de madrugada, para cuidar do filho e mandá-lo à escola e não tem pão e café para lhe servir à mesa. Pensem no empresário que, depois de se dedicar ao seu empreendimento, por décadas, chega à situação em que não pode mais preservar aquilo que construiu, porque teve que entregá-lo a um banco, devido à taxa de juros que o governo pratica. Pensem no sargento ou no soldado incrustado lá no interior da Amazônia, guardando a nossa fronteira, quando sabe das negligências dos governantes em relação à sua missão e ao seu trabalho.

Se os governantes não pensam nisso, deveriam pensar sobre uma coisa: que a paciência do povo tem limite e, como surgiu das profundezas do sentimento generoso do nosso povo uma jornada pela Independência, pela Abolição, pela República e pela redemocratização, haverá de surgir também, do coração dos patriotas e dos democratas brasileiros, uma jornada para retirar do seu caminho as autoridades que não têm na pátria nem no povo.

\*Deputado federal, PCdoB/SP

NACIONAL

# Pipocam as crises de governo

LUIZ CARLOS ANTERO\*

Nos primeiros 6 meses de seu segundo mandato, Fernando Henrique parece um governante embalsamado em suas contradições, sem autoridade e às voltas com dissensões cada vez mais profundas entre os seus aliados. Os poderes da República, acompanhando a degradação política em curso, não se entendem mais.

## Futuro nebuloso

O Fundo Monetário Internacional (FMI) acompanha passo a passo a economia brasileira. O governo brasileiro somente cumprirá as metas estabelecidas com o FMI impondo mais impostos e cortes de gastos. Na última "rodada" de negociações, ficou a promessa de manter a inflação entre 11,5% e 12,5%, com uma previsão de superávit comercial da ordem de US\$ 7 bilhões (nos primeiros seis meses do ano, a balança comercial continua deficitária). O futuro do país sob FH é pelo menos nebuloso: somente em junho, os gastos com o pagamento de juros e amortizações da dívida externa chegaram a US\$ 7,8 bilhões.

## "Dissonância cognitiva"?

A crise em torno da nomeação do torturador do regime militar João Campelo, indicado pelo PFL para o cargo de delegado da Polícia Federal, demonstrou que FH patina numa estreita pista, sem autonomia para tomar decisões, sofrendo repiques da luta antecipada pelo poder. Atordoado com o ambiente cada vez mais hostil junto à sociedade, FH afirmou que o país está sofrendo de "dissonância cognitiva".

Mas, efetivamente, a compreensão do que se passa é cada vez mais evidente para a população, que conhece agora, mais que em 1994 e 1998, um presidente que nada propõe além da venda de estatais e que nada realiza além da transferência do patrimônio e dos recursos públicos para grupos privados, semeando desemprego, recessão e miséria por toda parte.

Numa reunião com seus auxiliares, que discutiu a crise da Polícia Federal, FH deu socos na mesa e disse bravatas. Em seguida, mandou investigar as denúncias contra o apadrinhado de ACM e do presidente do PFL, Jorge Bornhausen, após nomeá-lo. Na verdade, foram decisivas as pressões das entidades ligadas ao movimento dos direitos humanos e dos parlamentares da oposição. FH não fez mais do que duplicar as determinações do seu ministro da Justiça, Renan Calheiros, que já havia solicitado averiguações acerca do torturador, em defesa das pretensões autonomistas do PMDB.

Este episódio esteve relacionado, em uma de suas origens, à necessidade de uma maior vertente repressiva do governo neoliberal. Assim devem ser compreendidas as declarações de ACM quanto à repressão ao Movimento dos Sem Terra (MST) num hipotético governo pefelista. Este sinal verde aos latifundiários já foi plenamente acolhido pelo governador paranaense Jayme Lerner, do PFL, que já persegue com dedicação o MST, colecionando mais de duas dezenas de prisões e um rastro de violência que resgata traços da tradição repressiva mais aguda das classes dominantes brasileiras.

Florescem hoje iniciativas populares ainda tímidas, mas que preocupam sobretudo aos liberais conservadores, que temem a eclosão de um movimento de massas ameaçador. Exemplo disso foi uma passeata de cerca de 1.500 trabalhadores rurais sem-terra em Marabá (Pará) pela libertação de 15 lavradores (atirados em celas ocupadas por marginais perigosos) acusados de participar da ocupação da fazenda Cabaceira, em Eldorado dos Carajás. A Polícia Militar montou barreiras e deslocou 500 homens para a cidade. Diante do Fórum, líderes do MST e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) denunciaram a presença policial a serviço dos latifundiários.

## Caso de polícia

No momento, o Ministério Público Federal promove ação de improbidade administrativa contra o ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros; o ex-presidente do BNDES, André Lara Resende; o atual presidente do BNDES, José Pio Borges; o ministro do Orçamento, Pedro Parente; o ex-diretor do Banco do Brasil, Sérgio Oliveira; e o diretor da BNDESpar, Nelson Rozental (gestores da privatização do sistema Telebrás) e dirigentes do banco Opportunity.

A ação, proposta pelos procuradores Rogério Nascimento, Daniel Sarmento e Flávio Paixão, da Procuradoria da República no Rio de Janeiro (ajuizada na 76ª Vara Federal), acusa o objetivo de favorecer o consórcio liderado pelo banco Opportunity em detrimento do consórcio Telemar (que venceu).

## Mar de lama

Prevaleceram no período recente as trocas de insultos, em baixíssimo nível, entre os presidentes da Câmara, deputado Michel Temer, e do Senado, Antônio Carlos Magalhães, e entre senadores do comando da CPI dos Bancos e a alta cúpula do Judiciário. As crises se sucedem com uma regularidade crescente, mostrando uma República em processo de naufrágio.

A CPI dos Bancos acabou aprovando um requerimento de investigação do PROER, o programa de salvação dos banqueiros falidos que teve como primeiro beneficiário o Banco Econômico, do amigo de ACM, Ângelo Calmon de Sá. Foi uma liquidação fraudulenta, marcada pela primeira cena de truculência de ACM contra o governo, numa caminhada até o Planalto para pressionar FHC.

O desdobramento da CPI do Judiciário trouxe à tona novas revelações acerca do juiz Nicolau dos Santos Neto e de suas relações com o ex-secretário de FHC, Eduardo Jorge, na forma de 117 ligações telefônicas. As ligações aconteceram quase sempre no período pré-eleitoral, envolvendo negociações que incluíram o senador Luís Estevão. A quebra do sigilo bancário desse trio pode revelar depósitos de grandes empreiteiras e financeiras nas contas de campanha do governador do DF, Joaquim Roriz e do presidente. É outro fantasma que ronda o Planalto, demonstrando que os aliados de FH têm munição de sobra para chantageá-lo.

O relatório do deputado Aloysio Nunes Ferreira sobre a reforma do Judiciário se transformou em outro sério problema do governo, ao envolver uma série de novos ingredientes. Um dos epi-

sódios remonta à época em que o senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) colhia assinaturas para a CPI dos Bancos. Em retaliação, ACM convenceu Jorge Bornhausen e Pimenta da Veiga a pedirem a exclusão do PMDB da aliança de sustentação do governo.

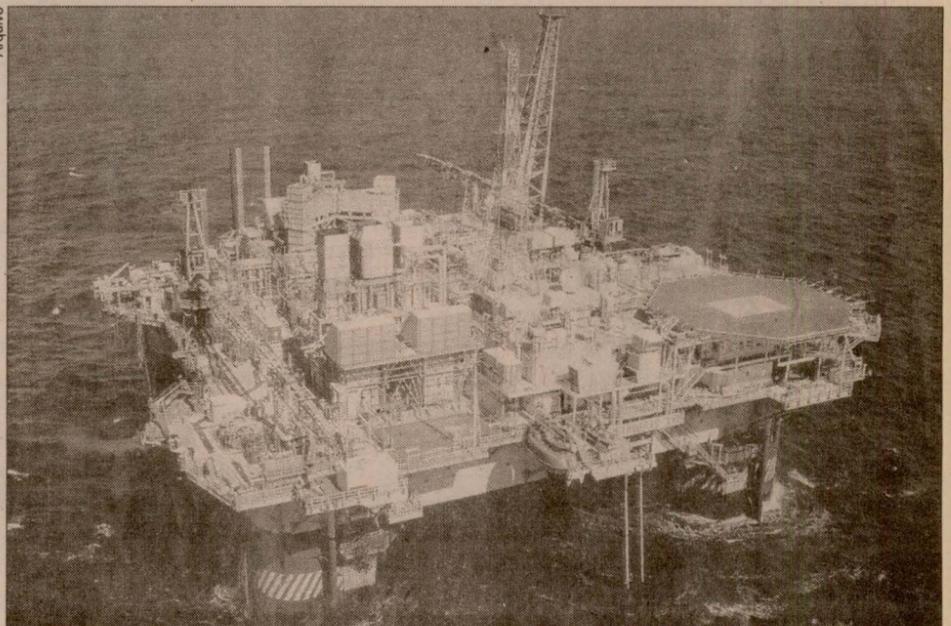
## "PFL 2000"

Ávido pelo poder, o PFL quer ocupar as vagas do PMDB no governo para sequestrar seu plano "PFL-2000". Nos primeiros anos do governo FH, o orçamento, cargos públicos e outras fontes de transferência de recursos públicos para as classes dominantes foram usados para a reestruturação da estrutura de poder no país. As privatizações e a transferência de re-

ursos para o setor financeiro serviram para cevar essas estruturas de poder. A reeleição serviu para rearticular as oligarquias regionais mais conservadoras.

Hoje, quase nada restou do núcleo formulador da política econômica de FH. O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, janta semanalmente com ACM em sua residência de Brasília. Diz ACM que esses encontros estão servindo para ele aprender um pouco do mundo das finanças e Armínio Fraga um pouco do mundo da política. Realmente, FH, longe de ser a rainha da Inglaterra, é mais do que nunca a rainha da sucata. Em seis meses de seu novo governo está, política e moralmente, decrépito.

\*colaborou Laurez Cerqueira



Plataforma da Bacia de Campos: petróleo disputado pelas multinacionais

## Petróleo brasileiro a preço de banana

HAROLDOLIMA\*

O genro do presidente Fernando Henrique Cardoso, David Zylbersztajn, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), nomeado pelo sogro para comandar os vultosos negócios da área do petróleo no Brasil, regozija-se com os extraordinários ágios pagos pelas áreas postas em licitação. Os elevados ágios que, de fato, chegaram até a 53.565%, demonstram a criminoso subavaliação feita pela ANP das áreas petrolíferas brasileiras. Quando a Agip, subsidiária do gigantesco grupo estatal italiano Eni, para não perder blocos postos à venda, arrematou-os por R\$ 134 milhões, o fez porque sabia ser no mínimo esse o preço da área, e não os ridículos R\$ 250 mil, pedidos pela ANP.

O genro presidencial diz que "preço mínimo não importa num negócio de risco". É ingenuidade de paspalhão ou má fé de gente suspeita. Foram postas em licitação 27 áreas, 12 foram vendidas. A área mais disputada foi o bloco 4 da bacia de Campos, vizinha ao gigante campo do Roncador, descoberto pela Petrobrás. Aí, 9 empresas entraram na disputa, entre as quais a Esso, Texaco e Mobil. A italiana Agip arrematou a área. Significa que onde não havia risco, porque a área já tinha sido pesquisada pela Petrobrás, a disputa foi grande.

Onde havia risco, o capital multina-

cional não se interessou. Ademais, o Ministério das Minas e Energia assegurou às multinacionais que ganhassem as licitações que poderão exportar o óleo extraído, remeter lucros para suas matrizes e ainda contarão com isenção de IPI, Imposto de Importação, ICMS, PIS e Cofins.

As licitações de blocos petrolíferos localizados em promissoras bacias brasileiras, nas condições feitas, deveriam levar seus responsáveis aos tribunais, se nesse país autoridades pagassem por agressões ao patrimônio público.

Fosse o Procurador Geral da República tão zeloso com a preservação do bem público quanto o é com sua família, levada a passeios a Fernando de Noronha à custa do Estado, estaríamos diante de processos contra os condutores das privatizações. Fosse o TCU firme contra as irregularidades que aponta, certamente manteria a suspensão que fez às licitações promovidas pela ANP. Fosse o Judiciário alheio às pressões do Executivo, licitações desse tipo não prosperariam em nosso país. Fosse a maioria governista patriótica e digna, e não servil, o Congresso Nacional estaria cumprindo seu papel de fiscalizador, com o CPTs documentando e sendo registrado pelo governo FHC contra o patrimônio dos brasileiros.

Deputado federal, PCdoB/BA - trechos de pronunciamento feito na Câmara

## MOVIMENTO

# Universitários querem unidade para defender o ensino público e gratuito

O 46º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) tem o desafio de "conseguir o máximo de unidade possível e apontar um calendário de lutas", na opinião do presidente da entidade Ricardo Cappelli. O Congresso acontece em Belo Horizonte (MG), de 30 de junho a 4 de julho. O presidente da UNE faz um balanço da sua gestão e aborda os progressos e dificuldades que os estudantes vêm enfrentando.

**Classe:** Qual o balanço que você faz dessa gestão que está terminando?

**Ricardo Cappelli:** Acho que, ao longo da gestão, a gente conseguiu cumprir boa parte dos desafios que estavam colocados. Num momento de conjuntura política difícil para o país, conseguimos enfrentar a política do governo a partir da educação, relacionando à questões mais gerais. Nas eleições, por exemplo, mesmo com a esquerda unida, a oposição perdeu no primeiro turno. Ainda assim, conseguimos colocar os estudantes na rua e avançar na unidade do movimento social. A UNE desempenhou papel importante na construção e organização do Fórum Nacional de Luta, por Trabalho, Terra e Cidadania e encaminhou suas propostas e calendário. No dia 1º de abril do ano passado, fizemos o grande dia da mentira da educação do governo FHC, e no dia 20 de maio desse ano aconteceu uma grande marcha à Brasília. Em 1999, nos dias 30 de abril e 1º de maio, houve manifestações de estudantes em boa parte do país. Os estudantes promoveram também manifestações em apoio à moratória do governo Itamar Franco; nos posicionamos em favor da CPI para investigar o leilão da Telebrás realizando uma lavagem na fachada do BNDES no Rio de Janeiro e, no dia 26 de março, houve uma grande passeata em São Paulo. Estivemos presentes também no ato de protesto contra FHC em Ouro Preto, dia 21 de abril, quando a UNE foi homenageada pelo governo de Minas.

**Classe:** E quanto ao enfrentamento dos problemas da universidade e da educação?

**Cappelli:** Uma grande vitória foi nossa articulação e mobilização para manter em vigor a autonomia universitária. Mesmo após 4 anos em pauta no Congresso, o governo não conseguiu impor a sua proposta. A discussão do Provão se manteve. Apesar do índice de abstenção ter diminuído este ano, a polêmica e o debate continuam existindo. No ano passado, conseguimos uma liminar de um juiz federal de Minas Gerais suspendendo a realização do Provão em Belo Horizonte para mais de 3 mil estudantes e, o mais



importante, conseguimos que esses alunos recebessem seu diploma. Mais recentemente travamos uma luta envolvendo a filantropia junto a grandes universidades do país. Não defendemos a filantropia, mas acreditamos que os mecanismos que existiam e são realmente filantropia como, por exemplo, as bolsas concedidas aos alunos, devem ser mantidos. É errado não se criar mecanismos que abram espaço para que ações de filantropia sejam descontadas no imposto devido. O problema do crédito educativo também permanece. Fizemos, durante esses anos, uma grande campanha em defesa do crédito educativo e de sua ampliação. O governo criou um novo crédito, que temos criticado.

**Classe:** E o movimento estudantil?

**Cappelli:** Acho que conseguimos alguns grandes avanços. Foi realizado, depois de 7 anos, o Coneb (Conselho Nacional de Entidades de Base), no qual participam Centros e Diretórios Acadêmicos. Foi muito importante a realização da I Bienal de Cultura, Arte e Ciência da UNE, que reuniu mais de 5 mil estudantes durante 8 dias em Salvador (BA), e apresentou 500 trabalhos na área de artes plásticas, música, dança, literatura, cinema, teatro e ciência e tecnologia. Foi uma experiência muito rica para a entidade e iniciou um processo para que a

UNE, sem abrir mão da defesa da universidade e do país, possa também interagir com uma outra galera que existe na universidade. Se abrimos espaço para debater cultura e ciência e tecnologia, estamos abrindo um canal de comunicação com esses estudantes. Abrindo espaço, principalmente, para que essas pessoas mostrem seu trabalho e para valorizar a cultura brasileira, nacional e popular. A Bienal está colhendo frutos e acho que ainda terá mais repercussões na próxima gestão. Gravamos um CD com os grupos que se apresentaram e um deles, com a divulgação da Bienal nos jornais, conseguiu gravadora. Muitos grupos de teatro e dança têm procurado a gente.

**Classe:** Como está a relação da UNE com outras entidades, nacionais e internacionais?

**Cappelli:** Fortalecemos nossas relações institucionais. A UNE tem relações com governos estaduais, com o próprio Congresso Nacional e com as entidades do movimento social. Participamos do Seminário da Unesco sobre Reforma Universitária, em Paris, onde foi discutida a questão do financiamento e da gratuidade. Conseguimos articular uma resolução unitária de todos os estudantes do mundo presentes, onde reafirmamos os princípios básicos que defendemos para universidade - gratuidade, autonomia.

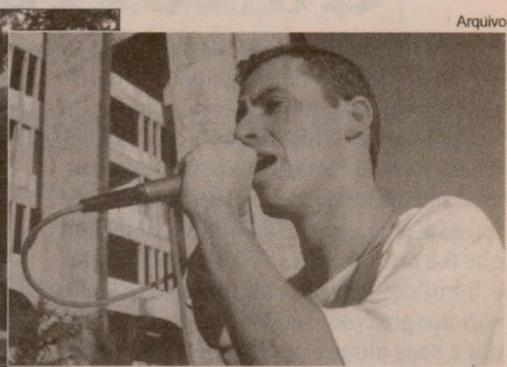
Lemos o documento no plenário da conferência da Unesco. Na área internacional, a UNE está mais fortalecida. Ocupamos uma posição de destaque na América Latina. Sediamos no Brasil, em janeiro de 98, o X CLAE (Congresso Latino Americano e Caribenho de Estudantes) e fazemos parte do secretariado da OCLAE (Organização Continental Latino Americana e Caribenha de Estudantes) com dois membros, inclusive a secretaria de Políticas Educacionais. Estamos fazendo contatos com entidades européias e ajudando a reconstruir a UIE (União Internacional de Estudantes).

**Classe:** Quais os desafios para a próxima gestão?

**Cappelli:** Em meio a tantos escândalos, corrupção e queda de popularidade do governo FHC, temos mais espaço para mobilizar os estudantes e colocar pra fora o presidente Fernando Henrique. Mais uma vez vai estar colocado um desafio histórico para os estudantes, que é o de criar um grande movimento de massa. Existe uma expectativa muito grande da sociedade em relação aos estudantes. O governo FHC está decidido a privatizar a universidade pública. O ministro Paulo Renato chegou a dar uma entrevista para revista inglesa *The Economist* declarando essa intenção. Teremos que travar uma grande luta em defesa da universidade pública e gratuita.

**Classe:** Quais as questões internas da UNE a serem enfrentadas?

**Cappelli:** Precisamos organizar e manter um canal de comunicação com os estudantes, o que esta gestão não conseguiu fazer. Tivemos dificuldades no departamento de comunicação em função de sua desestruturação. Precisamos fortalecer nossos materiais e a rede do movimento. As UEEs estão se consolidando e um próximo passo para UNE é ajudar a reconstruir UEEs em Minas Gerais, Pernambuco, Bahia,



Passeata de estudantes, em São Paulo, em abril de 1998. Acima Cappelli, presidente da UNE

Outro problema estrutural é diversificar as fontes de financiamento da entidade para que a UNE não fique dependendo só das carteiras. Alguns esforços vêm sendo feitos como investir em seguros para os estudantes. Queremos, também, criar formas de turismo estudantil e juvenil.

**Classe:** Como vai ser o 46º Congresso da UNE?

**Cappelli:** Tem tudo para ser um grande Congresso. Vamos fazer um ato político com importantes presenças, como Miguel Arraes (PSB); o governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PSB/AL); o governador mineiro, Itamar Franco (PMDB/MG); o prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro; José Dirceu, presidente do PT; Ciro Gomes, do PPS; Renato Rabelo, do PCdoB. Estamos convidando também personalidades do mundo acadêmico e político. Nossa idéia é qualificar mais o Congresso com debates. Vamos ter, por exemplo, um debate sobre "Globalização, dominação e paz mundial" com Emir Sader e Luís Fernandes. O desafio é conseguir que o Congresso tenha o máximo de unidade possível e aponte um calendário de lutas. Foram credenciados quase 5 mil delegados. Mesmo com o fim do delegado nato (delegado de entidade), será um Congresso grande, o que expressa o crescimento da organização do movimento. Cresceu muito o número de universidades e temos mais CAs e DCEs organizados.

**Classe:** Quais as perspectivas do movimento Refazendo?

**Cappelli:** O Refazendo surgiu de uma necessidade de reafirmar nossos princípios para o movimento estudantil - amplitude, pluralidade, politização, combatividade. Responde a uma necessidade de demarcar duas posições diferentes que existem hoje - uma concepção de um movimento amplo e de massas e outra de um movimento setorial, construído pelos setores esquerdistas. É a necessidade, principalmente, de ampliar a participação dos estudantes no movimento. Defender a universidade e o país exige um movimento maior, que possa trazer todos os estudantes e estabelecer a articulação com outros setores organizados na universidade.



UNE protesta fazendo a lavagem da placa do BNDES, no RJ

NACIONAL

# Ascensão e queda do torturador

José Antônio de Magalhães Monteiro, 59, professor universitário, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado de Maceió, teve sua rotina de vida mudada desde que retomou sua denúncia contra o delegado que lhe torturou em 1970. Pessoa simples e humilde, serena, voz mansa e pacata, não imaginavam seus vizinhos de moradia e seus alunos de filosofia que o discreto professor do CESMAC fosse a principal prova viva contra o empossado diretor-geral da Polícia Federal, delegado João Batista Campelo.

**Classe:** *Como se deu sua prisão na ditadura, quando o senhor era padre?*

**José Antônio:** Eu participava com grupos comunitários, no município Urbano Santos-MA, de um trabalho pastoral nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), incentivando a organização dos sindicatos rurais. Alguns proprietários de terra e o delegado do município acabaram provocando minha prisão, sob o argumento de que eu estava incitando à subversão. Fui preso no dia 3 de agosto de 1970, sendo levado a São Luís, e durante uns 15 dias, na Polícia Federal, fui submetido a sessões de interrogatório, agressões morais e físicas, inclusive a tortura do pau-de-arara. O delegado Campelo, que presidia o inquérito, fazia-se sempre acompanhar de um soldado que me dava socos. Uma vez, ele próprio e o soldado acompanhante me prenderam no pau-de-arara. Queriam saber quais eram os comunistas com quem eu tinha contato, com quais entidades subversivas eu me relacionava etc. Eu tinha um amigo que era da Ação Popular e nada mais. Essa realidade parecia não ser suficiente aos agressores.

**Classe:** *O senhor já conhecia o delegado antes da prisão?*

**José Antônio:** Por infeliz coincidência, nós já nos conhecíamos de minha época de seminarista. Eu estive no Seminário de 1955 a 1963, e Campelo, nesse mesmo período, passou por lá uns 2 anos. Mas sua verdadeira vocação foi-me revelada nas sessões de interrogação. Num desses dias ele próprio se reportou ao tempo em que nos conhecemos no seminário, atacando-me moralmente. Eu ficava calado.

**Classe:** *O senhor foi preso sozinho?*

**José Antônio:** Fui, mas depois também foi preso o padre Xavier Gilles de Maupeou, um francês naturalizado brasileiro, hoje bispo da diocese de Viana-MA. Nós trabalhávamos juntos em Urbano Santos-MA. Antes de me levarem para a Polícia Militar, quando estavam me retirando da Polícia Federal, me avistei com o padre Xavier, e, através de gestos, procurei avisá-lo de que tinha sido torturado.

**Classe:** *Como foi seu julgamento pela Justiça Militar?*

**José Antônio:** A Igreja tomou conhecimento do que estava se passando, providenciou o advogado Antônio Pádua Barroso para nos defender e o arcebispo de São Luís, Dom João José Mota Albuquerque, exigiu o laudo médico para atestar as agressões que eu tinha sofrido. Nossa versão é coerente desde minhas declarações e de Xavier perante a Comissão Permanente para a Justiça do Exército (CPJEx). Em outubro de 1970, a sentença na ação criminal proclamada pela própria Auditoria da 10ª Região Militar nos absolveu, não encontrando indícios de culpa e reconhecendo que as declarações prestadas no Inquérito presidido por Campelo foram feitas sob coação física e moral.

**Classe:** *Quando você resolveu denunciar o delegado Campelo?*

**José Antônio:** Em 1993, no governo



**José Antônio: testemunho histórico**

Itamar Franco, o delegado Campelo foi cogitado para assumir o cargo de secretário-geral da Polícia Federal. O *Jornal do Brasil* fez contato comigo dizendo que havia em seus arquivos elementos que comprometiam o delegado. Eu e meu irmão, José Leonardo Monteiro, que é diretor do Sindicato dos Jornalistas da Paraíba, divulgamos e denunciemos a prática de tortura do delegado. O então presidente Itamar sustou logo a nomeação do delegado para o cargo cogitado. Agora, quando soubemos que o delegado Campelo ameaçava assumir a diretoria-geral da Polícia Federal, retomamos nossa denúncia.

**Classe:** *Como se manifestaram os apoios políticos?*

**José Antônio:** Cabe destacar, inicialmente, Eduardo Bomfim, vereador do PCdoB de Maceió, que me convidou para prestar depoimento na Câmara de Vereadores. Esta Casa aprovou um voto de repúdio à posse de Campelo e definiu também uma comissão de vereadores para me acompanhar até Brasília, no depoimento em que prestei perante a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Também a Assembléia Legislativa de Alagoas tomou uma iniciativa com o mesmo fim. Também tivemos contundentes depoimentos solidários de deputados, a exemplo de José Genoíno (PT) e Aldo Rebelo (PCdoB). Também recebi muito apoio da população ao meu posicionamento.

**Classe:** *Qual o balanço de todo seu empenho e denúncia contra o ex-diretor-geral da Polícia Federal?*

**José Antônio:** Penso que o delegado Campelo nunca deveria ter sido nomeado diretor-geral da Polícia Federal. Este órgão deve ser dirigido por mãos que zelem pela integridade das pessoas, e não por indivíduos de caráter ditatorial, formação nazista. Fico muito satisfeito com todo o apoio que recebi, afinal o respeito à pessoa humana, à liberdade e à democracia devem ser sempre um patrimônio preservado por todos nós. Deixamos um testemunho sobre uma página obscura da história de nosso país.

# Reaberto caso da bomba no Riocentro

JANDIRA FEGHALI\*

A Procuradoria Geral da Justiça Militar decidiu, no dia 10 de junho, reabrir o caso Riocentro. O atentado ocorreu na noite do dia 30 de abril de 1981, quando várias bombas foram espalhadas no local onde era realizado um show de música popular em comemoração ao Dia do Trabalho. Cerca de 20 mil pessoas participavam do evento. As saídas de emergência foram fechadas e as bombas estrategicamente espalhadas para provocar uma tragédia. Mas uma delas, que ainda estava sendo preparada, explodiu no colo do sargento Guilherme Pereira do Rosário. Ele e o então capitão Wilson Machado estavam num Puma de placa fria, no estacionamento do Riocentro. O sargento morreu no local e o capitão ficou gravemente ferido. Hoje, o capitão presta serviços ao Exército em Brasília.

O regime militar já dava sinais de esgotamento e manobrava para se retirar de forma ordeira do Poder. O Riocentro foi um dos últimos atentados à bomba feitos pelos setores mais retrógrados das Forças Armadas, que eram contrários a democratização do país. No início dos anos 80, o país viveu uma sucessão de atentados promovidos por insatisfeitos com a abertura política. Só entre janeiro de 1980 e abril de 1981, foram 40.

A reabertura do Inquérito Policial Militar (IPM) é sustentada por quatro argumentos jurídicos. O primeiro deles contesta o resultado do IPM da época de que os dois militares que estavam dentro do carro teriam sido vítimas de atentado. Com base em três novos depoimentos de peritos e de um estudo criminalístico, a bomba estava mesmo com os militares. O segundo argumento é o de que os dois não teriam agido sozinhos. Na época, havia bolsões de insatisfação entre os próprios militares com relação ao processo de abertura política.

O terceiro é de que o crime, mesmo ocorrido há 18 anos, não está prescrito pois houve morte de uma pessoa e até hoje ninguém foi julgado pelo atentado. E por último, a decisão do Superior Tribunal Mi-



**Sgt. Guilherme, morto no atentado**

litar-STM, em 1988, que liberou os envolvidos com base na Lei da Anistia, promulgada durante o governo do presidente Figueiredo. A lei só vale para os crimes cometidos de 1964 e 1979.

Na época, o inquérito policial aberto pelo Exército para apurar o caso concluiu que os militares "foram vítimas de uma armadilha ardilosamente colocada dentro do carro do capitão". Sem provas, a Justiça Militar arquivou o caso. Todas essas manobras para acobertar o terrorismo encrustrado nas Forças Armadas não impediu uma crise no Governo Figueiredo e a saída do chefe da Casa Civil, General Golbery do Couto e Silva.

Lembro daqueles dias. Filiei-me ao PCdoB exatamente no ano do ocorrido. O caso do Riocentro marcou muito a minha vida. No palco do centro de convenções, no momento da explosão, meu irmão, o músico Ricardo Feghali estava se apresentando. O nosso sentimento era de lutar pela liberdade, acabar com a censura imposta pelo regime militar. Não vivi a tortura e a Guerrilha do Araguaia. Mas desde o início assumi na minha atuação política a dor daqueles que foram vítimas da repressão. Era como se eu sentisse a violência dos porões, o grito dos torturados, a angústia das famílias dos perseguidos. É necessário o completo esclarecimento do caso e a punição dos responsáveis. É parte de nossa luta pela ampliação das liberdades e da democracia.

\*Jandira Feghali é deputada federal pelo PCdoB/RJ

## Repressão da Polícia Federal no Piauí



No Piauí, foram presos 2 líderes comunitários no Dia Nacional de Trancamento das Rodovias pela reforma agrária, 17 de junho. Patrulheiros prenderam Dino Pereira e Wagner Bezerra (foto) e os levaram à PF, de onde foram liberados horas depois. A manifestação foi organizada pela Fetag-PI, e fechou o trecho da BR 316 durante 90 minutos. O Estado possui 20 milhões de hectares de terras devolutas.



A Classe Operária



Rua Adoniram Barbosa, 53  
CEP 01318-020 - São Paulo - SP  
Tel. (011) 3104-4140  
e-mail: classeop@ruralsp.com.br

15 edições = R\$ 15,00

Pagamento:

- cheque nominal  Vale postal nº  
 dinheiro  Depósito na conta  
 Cartão nº Validade  Ag.0251 - C/C 48676-7 Banco Itaú

Data da assinatura: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_  
Tel.: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_



CDM

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

Profissão: \_\_\_\_\_

MOVIMENTO

# 1 milhão de assinaturas contra FHC

A Frente de Oposição Democrática e Popular vai realizar uma grande manifestação, dia 26 de agosto, em Brasília, para entregar ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, documento com 1 milhão de assinaturas denunciando o presidente Fernando Henrique Cardoso por atos atentatórios à probidade administrativa no processo de privatização da Telebrás, com favorecimento a instituições financeiras privadas. A denúncia deverá ser assinada por juristas e personalidades democráticas.

**Manifesto e abaixo-assinado**

A decisão faz parte do conjunto de resoluções adotado pela Frente, que instituiu um Conselho Político integrado pelos partidos oposicionistas e representantes da sociedade civil (juristas, economistas, professores,



Passeata no Rio, dia 27 de junho...

arquitetos, religiosos etc.).

O Conselho está elaborando um manifesto, que será discutido em sua próxima reunião, dia 5 de agosto, onde será apresentada uma avaliação do governo que embasa um amplo movimento oposicionista em relação ao caminho imposto por

FHC ao país.

Copie o modelo de abaixo-assinado (acima) e ajude a colher assinaturas. Envie por Correio para Liderança do PCdoB, Câmara dos Deputados, Bloco das Lideranças Partidárias, sala T-12, CEP 70160-900, Brasília-DF.

## Moradia com saídas

INÁCIO ARRUDA\*

A retomada das soluções para a questão urbana no Brasil (moradia, saneamento, transportes e meio ambiente, em especial) ocupa lugar de destaque no Congresso Nacional. Aponta, em princípio, para o déficit habitacional, estimado em 4 milhões de novas moradias urbanas, mais 13 milhões sem (ou com inadequados) serviços de infra-estrutura, e em áreas superpovoadas e precárias. Neste déficit, 55% são relativos à população com renda familiar de até 2 salários mínimos. É um dos mais graves problemas sociais do Brasil de hoje, que não depende apenas da reordenação dos mecanismos financeiros institucionais.

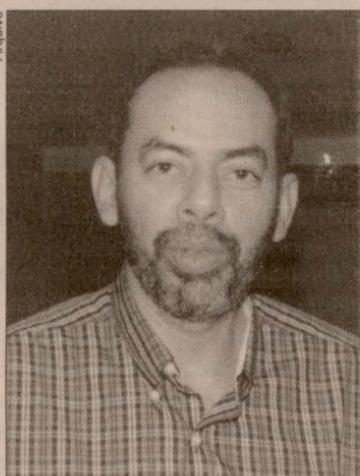
Entre suas realizações - sem a unidade da formulação política - o governo menciona o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI); os programas Pró-Moradia, Habitar Brasil e a Carta de Crédito, entre outras. São iniciativas que carecem, como a política habitacional do regime militar, de sustentação na realidade social. Contudo, temos hoje a Constituição de 1988, que - apesar de mutilada - manteve o direito à moradia como pressuposto da vida digna e de boa qualidade.

O SFI confunde habitação com veículo automotivo ou eletrodoméstico, apostando na securitização com livre negociação e alienação fiduciária do imóvel para atrair capitais externos. O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) segue na mesma linha: um *leasing* (arrendamento com opção de compra) de casas urbanas para famílias de baixa renda, e recursos de um Fundo (FAR) que

terá a propriedade dos imóveis. Com prestações para "mutuários" em 15 anos, o PAR pretende resolver o problema da moradia nas grandes cidades, em cortiços e áreas de risco, construindo nos vazios urbanos. Acontece que: 1) o problema não se restringe aos grandes centros; e 2) os vazios urbanos são, em geral, terras imprestáveis ou muito valorizadas pela especulação imobiliária.

O SFI e o PAR são soluções de mercado que confundem desejo de consumo com necessidade de abrigo, de acolchoamento humano. Os demais programas aguardam recursos rarefeitos pelo ralo dos juros das dívidas. Não resultam de consulta aos setores envolvidos e atendem basicamente às regiões Sul e Sudeste do país. Também por isso, o governo não pode afirmar que o crescimento das vendas de materiais de construção e o aumento do número de ligações elétricas mostram a redução do déficit. A situação da economia e da renda popular inviabiliza esses programas, com o desemprego em alta e a renda na maior queda livre do século. A soma dos salários, mais o rendimento do trabalhador autônomo e mais as pensões dos aposentados, será 6,7% menor do que em 1998.

A crise, com a estagnação e saturação do mercado de trabalho, trará mais 4,3 milhões de desempregados, fechando 2,8 milhões de postos de trabalho, vedando o acesso ao emprego a mais 1,5 milhão de jovens, como conclui o economista Márcio Pochmann, da Unicamp. A atual política, gerida pelo FMI, não prevê recomposição dos salários e políticas consistentes para a geração de em-



Inácio: moradia tem solução

prego, não prioriza investimentos na área social ou a melhoria da qualidade de vida. O salário mínimo, com a crise cambial, passou a valer US\$ 70 e tende a cair ainda mais.

O caminho para a crise de moradia é oposto ao de Fernando Henrique, que afunda sempre mais o país na recessão. A experiência acumulada nas lutas pela reforma urbana indica um rumo sólido, com a mobilização popular. A prioridade é o impulso da construção civil em ritmo pleno, assegurando o combate ao desemprego, o resgate da tecnologia nacional - uma das mais respeitadas no mundo - e, portanto, a ativação da economia. É um dos passos importantes para a distribuição da riqueza (o Brasil está entre os países com a maior concentração de renda). Ao lado disso, o redimensionamento do planejamento urbano deve atingir as regiões mais desprovidas de recursos oficiais, a exemplo do Nordeste. Sem isso, somente se agravará o déficit habitacional.

\*deputado federal (PCdoB/CE) e presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior na Câmara dos Deputados.

REPRESENTAÇÃO POR CRIME DE RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os cidadãos brasileiros abaixo-assinados denunciam, com base na Constituição Federal e no art. 14 da Lei nº 1.079/50, o Presidente da República Sr. Fernando Henrique Cardoso por crime de responsabilidade caracterizado pela prática de atos atentatórios à probidade administrativa relacionados à condução do processo de privatização da Telebrás e ao favorecimento de instituições financeiras privadas.

Exigimos e apoiamos a instalação da CPI destinada a investigar o processo de privatização da Telebrás.

Junho de 1999

Nome	R.G.	Assinatura

... para coletar assinaturas contra FHC

## Agnelo defende urgência para regulamentação da filantropia

O deputado Agnelo Queiroz (PCdoB/DF) pediu apoio para aprovação de requerimento de urgência para apreciação de projeto de sua autoria que prevê mudanças na regulamentação do governo federal da lei de filantropia, aprovada pelo Congresso Nacional. Ele explicou que a normatização da lei não obedeceu à intenção do legislador, e prejudicou instituições que efetivamente desempenham funções nas áreas de educação, saúde e assistência social.

A regulamentação proposta pelo governo federal, segundo Agnelo, tratou todas as instituições indistintamente, prejudicando milhares de alunos carentes e famílias de baixa renda. Serviços indispensáveis, segundo o deputado, ficaram sem apoio. Agnelo citou como exemplo programas desenvolvidos pela Igreja Católica, e citou documento da CNBB que pede uma revisão urgente da regulamentação da lei.

O deputado ainda pediu apoio para outro projeto de sua autoria, que prevê multa para os cartórios que descumprirem a lei que tornou obrigatória a emissão gratuita de certidão de nascimento para famílias comprovadamente pobres.

**Rejeição popular ao presidente**

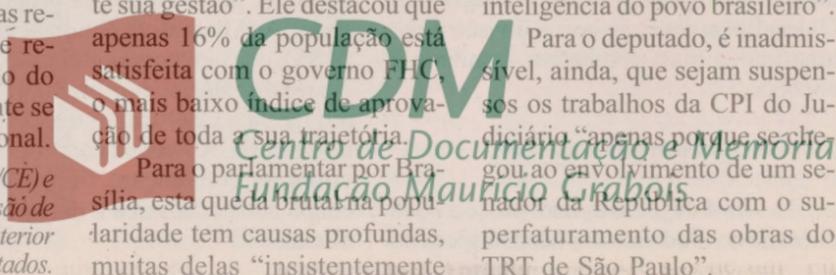
O índice de 44% de rejeição ao governo Fernando Henrique Cardoso, registrado por pesquisa da *Folha de S. Paulo*, indica, na opinião do deputado Agnelo, que o presidente perdeu a credibilidade "por se calar diante das inúmeras denúncias que vêm ocorrendo durante sua gestão". Ele destacou que apenas 16% da população está satisfeita com o governo FHC, o mais baixo índice de aprovação de toda a sua trajetória. Para o parlamentar por Brasília, esta queda brutal na popularidade tem causas profundas, muitas delas "insistentemente



Agnelo: estudantes prejudicados

levantadas" pela oposição. Entre elas, ele citou o fato de o empresário Vicente Cacciola, do Banco Marka, ter doado R\$ 50 mil à campanha de Fernando Henrique Cardoso em 1998, "em nome, inclusive, de uma empresa que já não existia há alguns meses"; e o de outras várias empresas que teriam contribuído com um total de R\$ 8 milhões para a campanha presidencial e, posteriormente, teriam sido socorridas pelo BNDES, com auxílio para pagamento de suas dívidas no exterior.

Também a denúncia de que o presidente da República teria autorizado a utilização de seu nome para pressionar o Previ a associar-se com o Opportunity, com o objetivo de arrematar parte da Telebrás, foi citada por Agnelo Queiroz como um dos fatores que influenciaram a queda na popularidade do atual governo. Ele colocou as CPIs do sistema financeiro e do Judiciário como "a gota d'água para a insatisfação popular", acrescentando que "dizer que não houve favorecimento do Marka e do FonteCindam é menosprezar a inteligência do povo brasileiro". Para o deputado, é inadmissível, ainda, que sejam suspensos os trabalhos da CPI do Judiciário "apenas porque se chegou ao envolvimento de um senador da República com o superfaturamento das obras do TRT de São Paulo".



## MOVIMENTO

## Em defesa da Justiça do Trabalho

Em meio a denúncias de corrupção surge o polêmico projeto de reforma do Judiciário, tendo como eixo central o ataque à Justiça do Trabalho. Tal não se dá por acaso. A proposta de reforma do Judiciário vem no bojo de uma série de medidas tomadas em atendimento às exigências do FMI no sentido de corte de gastos com o social.

É nesse contexto que foram editadas inúmeras medidas provisórias com o objetivo da redução dos direitos dos servidores públicos e ataque aos direitos adquiridos dos aposentados. Sentenças corajosas de juízes federais e estaduais no sentido de considerar inconstitucionais uma série de medidas provisórias, algumas convertidas em lei, transformam o Judiciário num poder que ainda pode opor obstáculos à plena implantação do projeto governamental.

Surge uma campanha de franca desmoralização do Poder Judiciário, gerando incertezas e desconfianças da população na busca da via judicial para solução de seus litígios. As conseqüências deste ataque podem ser perigosas e acarretar o desequilíbrio das bases da democracia.

A Justiça do Trabalho, única justiça com poder normativo, tem por característica essa possibilidade de resolver conflitos coletivos entre patrões e empregados. Em um só tempo, em uma única decisão resolve um dissídio coletivo, atingindo os membros de toda uma categoria profissional. Com o poder de criar e ampliar direitos, de interferir diretamente nas condições de trabalho, estabelecendo normas com força de lei entre as partes, tem a condição única, como justiça especializada, de intervir no processo social e solucionar conflitos que envolvem largas parcelas da população.

Sob os argumentos de sua composição paritária ensejaria corrupção e de que sua atuação não passa de paternalismo herdado da concepção consubstanciada na "Carta del Lavoro" de Mussolini, procura-se extinguir o que há de mais louvável na atuação da Justiça do Trabalho. Extinguir o seu poder normativo significa deixar ao abandono a quase absoluta maioria dos trabalhadores que não se vêem representados por um sindicato forte e atuante, capaz de negociar diretamente, sem intervenção do poder Judiciário.

## Classistas retornam à direção da Apeoesp

Com 33% dos votos, a chapa 6 venceu a eleição, realizada em 18 de junho, para a nova diretoria da Apeoesp – o sindicato dos professores da rede pública de São Paulo. A entidade representa 205 mil trabalhadores (138 mil sindicalizados). É o maior sindicato do país, tendo um peso determinante nos rumos da CUT. Interfere com força no cenário político estadual, contando com mais de 90 subseções espalhadas pelo Estado.

O pleito teve a participação de seis chapas do campo cutista. A Articulação, que hegemoniza a entidade sofreu uma cisão interna. A CSC defendeu a formação de uma chapa mais ampla. Inviabilizado esse rumo, optou por compor com o setor majoritário da Artsind. Foi força decisiva no resultado eleitoral e retornou a direção da Apeoesp com 15 integrantes. O desafio agora é superar a divisão e dar uma marca mais combativa e unitária à entidade.

### Metalúrgicos do ABC

No dia 4 de julho tomará posse a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do

Na atual crise econômica, com altas taxas de desemprego, dificuldades nas organizações sindicais, com inseguranças e incertezas quanto ao dia de amanhã, não se pode considerar que haja equilíbrio entre as partes para elaboração de um pacto laboral. O trabalhador sujeita-se a qualquer condição imposta para a manutenção de seu emprego. Neste contexto é que se aprova a suspensão temporária do trabalho - Medida Provisória 1779 -, com evidente redução salarial e isenção de encargos trabalhistas ao empregador; banco de horas; contrato à prazo determinado etc. Retirar-lhes os instrumentos de negociação de que dispõem e a garantia de um direito material mínimo, é condená-los ao mais completo abandono.

É certo que inúmeros são os problemas do Judiciário que precisam ser enfrentados. A lentidão da prestação jurisdicional, recursos protelatórios, denúncias de corrupção. Entretanto, enfrentar tais problemas não pode significar a extinção da função judiciária ou a supressão de direitos. Assim é que a proposta de extinção da Justiça do Trabalho e incorporação pela Justiça Federal em nada resolve os problemas acima mencionados. Há 1.300 juízes trabalhistas e 700 juízes federais no país, sendo que o volume de processos trabalhistas é bem maior que o federal. Desta forma, simplesmente ocorreria o inchaço de vários tribunais e perda da especialização necessária, que vem sendo a tendência moderna do direito.

Não se pode perder de vista que o grande responsável pelo congestionamento de demandas na Justiça decorre sobretudo do próprio poder público, que insiste em editar e reeditar medidas provisórias e aprovar leis com conteúdo nitidamente inconstitucionais, criando ainda óbices ao pleno exercício da jurisdição tais como proibição de liminares, parcelamento de precatórios, intimação pessoal dos procuradores e integrantes de órgãos públicos etc., que nada mais faz do que tumultuar e burocratizar o andamento dos processos.

A aprovação da súmula vinculante não tem o condão de desafogar o Judiciário, mas tem por intuito tão somente amordaçar o Judiciário, tirando do juiz o poder de livremente apreciar provas e emitir seu parecer.

ABC – uma das principais referências do sindicalismo brasileiro. O processo eleitoral teve duas fases. Na primeira, foram eleitos os integrantes dos comissões sindicais de base – nas montadoras de veículos e outras fábricas de peso. Na segunda, apenas uma chapa disputou a direção executiva do sindicato, composta por 27 membros. A CSC passa a compor o núcleo de direção da entidade, com um representante.

### Metalúrgicos de Campinas

Outra importante eleição metalúrgica ocorreu em Campinas – região do interior paulista de maior crescimento industrial no Estado. A escolha da chapa cutista foi feita numa convenção com 1.019 votantes, pelo critério da proporcionalidade. A Alternativa Sindical Socialista (ASS), que tem nessa entidade o seu principal laboratório, confirmou a sua hegemonia. Já a CSC ampliou a sua presença na diretoria. A Articulação, com 9,5% dos votos na convenção, ficou de fora da chapa cutista, a única a disputar o pleito oficial.

## SBPC discute fortalecimento do Mercosul

FÁBIOPALÁCIO\*  
EJOBERTORODRIGUES\*\*

Tendo como tema central "Mercosul: A quebra de Fronteiras?", realiza-se, de 11 a 16 de julho, em Porto Alegre – RS, a 51ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. A reunião contará com a presença de cientistas de diversos países do Cone Sul. A SBPC propõe uma reflexão sobre o Mercosul em seus múltiplos aspectos, dentre os quais o da cooperação econômica, científica, cultural e tecnológica como ferramenta para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

### Desmorte da C&T

A indignação com o sucateamento da educação pública e com o desmorte do sistema nacional de ciência e tecnologia (C&T) será outra das marcas desta Reunião Anual. A destruição do sistema nacional de C&T faz parte dos intuitos neoliberais, pois força a uma reespecialização de nosso parque produtivo, confinando o país a elos primários das cadeias produtivas. Tal fato reduz a renda nacional e aprofunda nossa dependência econômica pela necessidade de compra das mercadorias de mais alto conteúdo tecnológico.

A SBPC ainda promoverá debates sobre "O Papel do Financiamento Público e Privado do Desenvolvimento Científico e Tecnológico"; "Universidade e formas contemporâneas de autonomia", e "C&T em um Brasil em Transformação: do passado ao futuro". O professor Paulo Nogueira Batista Jr. discorrerá sobre o tema: "Há alternativas ao neoliberalismo no Brasil e no Mercosul?".

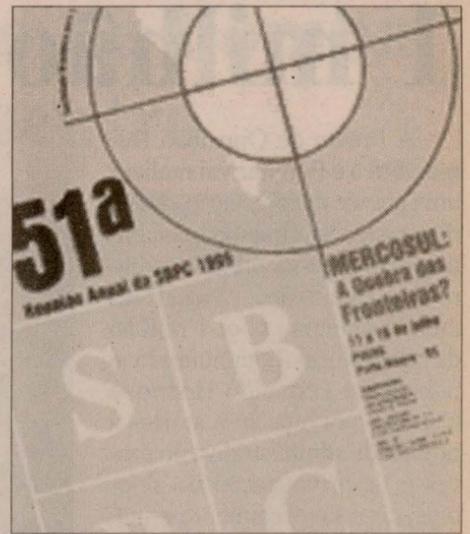
## Garantia dos direitos indígenas e preservação ambiental em nova lei

SABÁ RAPOSO

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação, criado a partir da aprovação do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, inova ao integrar o conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, e introduz novos conceitos na legislação.

Na opinião da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), "os instrumentos legais que estão sendo introduzidos possibilitam a valorização econômica e social da diversidade biológica, protegem os recursos naturais necessários à subsistência de populações indígenas, respeitando e valorizando seu conhecimento, inclusive provendo meios de subsistência alternativa ou a justa indenização pelos recursos perdidos".

O projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza também busca o envolvimento da população na luta pela preservação da natureza, através da criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Outro aspecto positivo destacado por Vanessa é a introdução em lei da definição de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, cujo uso prevê a permanência da população tradicional residente na área, assegurando as condições e meios necessários para a reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais. "Até então, as populações eram retiradas das áreas, gerando conflitos", comentou, explicando que na Reserva de Desenvolvimento Sustentável a própria população passa a exercer o papel de fiscalização e de aplicação do



A SBPC reúne-se em julho, no RS

### Encontro de Jovens Cientistas

Durante a SBPC, a Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG – estará promovendo, em conjunto com a UJS, o "Encontro de Jovens Cientistas", com a finalidade de discutir os problemas comuns à juventude que faz pesquisa científica.

O evento contará com a participação do professor José Leite Lopes (CBPF-RJ). Ele será homenageado e discorrerá aos jovens cientistas sobre a história do desenvolvimento científico brasileiro.

No momento que o sistema nacional de C&T torna-se cada vez mais restrito, com o fim de programas de fomento e o corte de bolsas, o evento terá importância fundamental para a definição de propostas de ação e de uma plataforma comum dos jovens cientistas brasileiros.

\*Diretor da APG PUC-SP e da ANPG  
\*\*Coordenador Geral da APG-USP



Vanessa: proteção da natureza

plano de manejo que deverá ser elaborado com sua participação. As Unidades de Conservação terão autonomia administrativa e financeira. Essa medida, na avaliação da deputada, elimina os longos processos burocráticos de licitação e repasses de verbas nos órgãos executores geralmente localizados distantes das Unidades de Conservação.

A gestão das Unidades de Conservação acontecerá com a integração de políticas e ações administrativas, procurando evitar a superposição de órgãos, além de integrar o conjunto de políticas específicas, cuja administração era dispersa entre os diversos órgãos. Estão presentes novos parâmetros para a criação das Unidades de Conservação, prevendo consultas públicas que permitam identificar a localização, dimensão e os limites mais adequados para cada unidade, o que permite que as unidades sejam criadas sem qualquer participação da comunidade.

## MOVIMENTO

# O novo paradigma norte-americano

UMBERTO MARTINS

Ultimamente, enquanto outras partes do mundo estão mergulhadas nas sombras da crise, as classes dominantes norte-americanas arrotam ufanismo. A economia dos EUA ingressou no oitavo ano de crescimento. O nível de desemprego é o mais baixo dos últimos 30 anos. Como era de se esperar, tal sucesso, em contraste com a renitente estagnação japonesa e o desempenho algo medíocre da Alemanha e União Européia no período, subiu à cabeça das autoridades e ideólogos do império. Eles não se limitam a anunciar a reversão a seu favor da tendência do desenvolvimento desigual entre as potências capitalistas que vinha se verificando desde o pós-guerra. Vão além.

Com a discricção que os rituais do cargo exige, o oráculo do Banco Central, Alan Greenspan, anda patrocinando a idéia de que as tradicionais leis que presidem o movimento cíclico de reprodução do capital foram, por assim dizer, revogadas, de forma que o ciclo econômico clássico, caracterizado por fases alternadas de crescimento e recessão, já não existe. Ele sugere que a recessão é coisa do passado, graças aos efeitos combinados da "globalização neoliberal" e das novas tecnologias.

Doravante, mesmo sob o capitalismo, teríamos um crescimento ininterrupto da economia, uma possibilidade que os marxistas pensavam que só seria viável no socialismo. E ainda por cima, uma exclusividade norte-americana, visto que o resto do mundo anda um tanto quanto deprimido. Seria uma façanha e tanto, convenhamos, se tal idéia, perfeitamente ajustada à estratégia hegemônica do império, merecesse maior atenção que o patético fim da história profetizado não faz muito tempo pelo senhor Francis Fukuyama. Não me parece o caso e creio que a vida não tardará a promover um julgamento mais definitivo a respeito. Aguardemos, pois.

## Crescimento sem poupança

De resto, as performances da economia norte-americana (cantada em prosa e verso como a maravilha do capitalismo neste final de milênio) revelam novidades ainda mais perturbadoras. Num fenômeno aparentemente paradoxal, o festejado crescimento dos anos 90 coincide com o período em que a poupança interna norte-americana chegou aos mais baixos níveis de sua história.

Estaríamos diante de mais uma revolução nas leis econômicas tradicionais que, associada à revogação da crise cíclica, configuraria o "novo paradigma norte-americano". Até agora,



julgava-se usualmente que a poupança pública e privada de um País (e não se trata aqui apenas de cadernetas de poupança) constituía a base dos investimentos produtivos, que por sua vez respondiam pela expansão do capital social e o crescimento do PIB: o desenvolvimento, conseqüentemente devia ser proporcional à taxa de poupança.

Com o "novo paradigma", o crescimento econômico, agora ininterrupto, não mais depende da taxa poupança, ou até melhor: dá-se o caso em que a poupança mais magra gera o crescimento mais "gordo", daí ele derivar não mais do aumento dos investimentos mas da evolução do consumo. Uma "mudança" nos padrões clássicos do desenvolvimento que também vem sendo atribuída - na falta de novas idéias - aos efeitos milagrosos e combinados das novas tecnologias com a "globalização".

Mas tal idéia é uma outra jóia falsa do império. Poupança interna não é o forte dos Estados Unidos, é bem verdade. Porém, e aí reside talvez o mais generoso efeito da "globalização", o milagre do crescimento atual é proporcionado pela poupança externa, pelo formidável volume de investimentos estrangeiros nos Estados Unidos. Seu espelho, por sinal, são os déficits das contas externas, que se desdobram na maior dívida externa do planeta.

Embora não pareça, é a necessidade de financiamento dos déficits das contas externas, mais do que o fantasma da inflação, que condiciona a política de juros norte-americanas. Notemos, de passagem, que isto explica o diferencial já histórico entre as taxas de juros nos EUA (mais altas e voláteis) e as praticadas no Japão e Alemanha, potências que não têm a mesma necessidade de financiamento e são exportadoras (líquidas, se é que se pode falar assim) de capitais; tendo nos Es-

tados Unidos, provavelmente, o maior mercado para o excedente financeiro de suas burguesias.

A necessidade de atrair recursos estrangeiros para cobrir os colossais rombos das contas externas norte-americanas exerce uma pressão permanente sobre o fluxo mundial de capitais, é um fator que provoca intermitentes perturbações neste terreno e justifica imaginar que a raiz mais profunda da crise financeira mundial esteja localizada nos desequilíbrios do balanço de pagamentos dos EUA.

## Parasitismo e decomposição

Merece atenção especial o déficit da balança comercial, que a médio e longo prazos determina o comportamento das contas correntes e de capital do balanço de pagamentos, e vem num crescendo, chegando numa projeção anualizada a mais de 300 bilhões de dólares, conforme estimativas do economista Delfim Netto. Cerca de 40 ve-

zes mais que o déficit registrado em 1998 pelo Brasil, considerado por muitos credores como um luxo excessivo, digno de constar como uma das causas da especulação contra o real e precipitação da maxidesvalorização.

Negligenciado por muitos observadores, o déficit comercial em questão (um foco de graves desequilíbrios que não podem durar eternamente como bem perceberam alguns economistas norte-americanos) é uma medida muito precisa do parasitismo. Nele fica mais visível até que ponto a sociedade ianque vive, "cresce" (e consome) à custa alheia. O excesso de consumo (dos indivíduos e também do capital) sobre a produção interna confere os traços mais salientes do caráter parasitário do império. Em tal conta também é sensível a presença de poupança e investimento potencial de capital na forma de mercadorias ou mais precisamente na forma de meios de produção.

É o caso de recordar as lições de Lenin, que em seus cadernos sobre o imperialismo anotava as observações do economista inglês J. A. Robson, que equiparava o parasitismo a um vício que, na história, sempre contribuiu para a queda de impérios. Associado com o desenvolvimento desigual, e a certa altura com mais relevância que este, o parasitismo é o mais forte sintoma da decomposição do imperialismo hegemônico, no caso dos EUA num momento em que, contraditoriamente, ele desfruta de uma supremacia militar quase absoluta.

Esta decomposição, um processo histórico que demanda certo tempo (que no caso dos EUA promete ser mais curto que o percorrido pela Inglaterra; talvez, aí sim, como decorência do avanço da produtividade social do trabalho), constitui o pano de fundo da crescente agressividade norte-americana

nas esferas econômica, diplomática e militar. Em poucas palavras, quanto maior a decadência, maior a agressividade e o apetite hegemônico da burguesia ianque.

A despeito do ruidoso marketing anglo-americano, é bom aprender a enxergar este cenário para melhor apreciar o drama que se desenrola sob os nossos olhos e do qual não podemos ser meros espectadores. A frequência e facilidade com que nações mais fracas são bombardeadas hoje em dia devem nos servir de alerta.

Por aqui, onde a decadência relativa dos EUA é expressa no fato de que mais de 50% dos investimentos estrangeiros no Brasil realizados nos últimos dois anos são de origem européia (conforme informações do chanceler Luiz Felipe Lampreia à revista "ISTOÉ Dinheiro", nº 95), temos sinais da hostil e crescente ofensiva econômica da Casa Branca nas pressões pela implantação da Alca. Volta e meia circula a idéia de constituir uma força armada multinacional de intervenção nas Américas, que seria usada a pretexto da "defesa da democracia" na região, a princípio funcionaria no âmbito da OEA e naturalmente (como já tivemos a oportunidade de ver no caso do Haiti) seria hegemônica pelos EUA. Insinua-se por aí uma imposição diplomática e militar inaceitável.

Tendo em conta os ensinamentos emanados da história (e 64 ainda está fresco na memória nacional) e os interesses já revelados pelo imperialismo sobre a Amazônia (onde críticas em torno da preservação do meio ambiente e do desrespeito aos direitos dos índios podem muito bem servir para justificar "bombardeios humanitários"), é bom pôr as barbas de molho e preparar o espírito para lutas provavelmente mais enérgicas em defesa da soberania nacional.

## Debate Sindical de cara nova e conteúdo renovado

A Debate Sindical está de cara nova, reafirmando sua linha político-editorial. Seu objetivo maior é contribuir para o avanço do sindicalismo classista. A revista agora conta com a colaboração fixa de colunistas conceituados como Marcio Pochmann, Ulisses Riedel e João Guilherme Vargas Netto, além de reportagens, entrevistas, opiniões de sindicalistas, notas etc.

Pedidos da revista podem ser feitos para o Centro de Estudos Sindicais, rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01133-000. Telefone/fax 0 11 289-1496.

Exemplar: R\$ 7,50



CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## INTERNACIONAL

# A paz ainda está longe

JOSÉ REINALDO CARVALHO\*

Depois de 78 dias de intensos bombardeios que provocaram milhares de mortes, a destruição da infra-estrutura material da Iugoslávia, a devastação de cidades e povoados da província de Kosovo e de outras localidades do país, foi selado na noite do dia 9 último o "acordo de Paz" entre o comando da OTAN e o governo iugoslavo. A intermediação entre os agressores euroatlânticos e a Iugoslávia foi feita pelo presidente da Finlândia, Marti Ahtissari, e o enviado especial da Rússia, Victor Chernomidin. Desde o dia 10 à noite cessaram os bombardeios. A partir de 12 de junho, começaram a chegar a Kosovo os primeiros contingentes da "força de paz" autorizadas pela ONU, numa resolução aprovada por 14 votos a zero, com a abstenção da China. A "força de paz" será integrada por cerca de 60 mil soldados, sendo 50 mil da OTAN e 10 mil da Rússia. Entre os da OTAN, 13 mil são britânicos, 7 mil norte-americanos, 7 mil franceses, 8 mil alemães, 5 mil italianos e o restante dos demais países membros.

A primeira reação na opinião pública, a começar pela européia e principalmente na população sérvia, foi de alívio e satisfação. Afinal, depois do dilúvio de mísseis, da tragédia, do horror, da carnificina perpetrada pela OTAN, o anúncio da paz recobre-se da aparência de notícia alvissareira. Todos cantam vitória. Os chefes de Estado e de governo dos Estados Unidos e das potências européias cantam vitória. Clinton, que revelou ser um verdugo frio e determinado na perseguição aos objetivos hegemônicos da superpotência norte-americana, declarou: "Conquistamos uma vitória para um mundo mais seguro, para nossos valores democráticos e para uma América mais forte". Mas se revelou ao mesmo tempo ameaçador, ao insistir em que não há prazo para a permanência das tropas da OTAN em Kosovo e ao pregar a derrubada do presidente sérvio Slobodan Milosevic. Este, por sua vez, também considerou-se "vitorioso". Em discurso à população, afirmou que "a agressão chegou ao fim, a paz prevaleceu sobre a violência". O presidente sérvio comemora que a resolução elaborada pelo G-8 e aprovada formalmente pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas "garante" a soberania e a integridade territorial da Iugoslávia e tentou convencer-se de que "as forças internacionais serão enviadas a Kosovo com a incumbência de manter a segurança de todos os cidadãos".

Mas há muitas dúvidas sobre a solidez dos acordos, sua exequibilidade e durabilidade. Há perguntas que tão cedo não vão calar. Trata-se efetivamente de um acordo? As tropas que adentram o território de Kosovo são mesmo uma "força de paz"? A soberania e a integridade territorial da Iugoslávia estão garantidas? A segurança dos cidadãos estará a salvo? E o problema dos refugiados, encontrará solução? Enfim, conquistou-se a paz?

Há muitas controvérsias, mas não nos parece justo falar de acordo, quando o argumento de um dos negociadores é a agressão e a contra-parte está isolada, encurralada, destruída. É certo que o povo iugoslavo deu demonstrações de um inaudito heroísmo, já inscrito entre as grandes ações que formam a saga da humanidade na luta contra a opressão. Mas o país já não tinha condições de reagir. Está devastado, exaurido. Podia ainda resistir, por certo, ao longo de mais 78 dias e indefinidamente, ao preço da própria vida. Em termos de realismo político, não havia outra



Tropas de ocupação em Kosovo

saída. O governo preferiu a sobrevivência. Nas palavras do presidente Milosevic, optou-se por "defender a honra, a liberdade e a dignidade contra um inimigo muito mais poderoso militar e politicamente". A situação da Iugoslávia foi agravada pela ação deletéria e traiçoeira da Rússia, cujo negociador, Victor Chernomidin, aderiu à proposta do G-7. Sinal dos tempos. Há pouco mais de uma década, bastava que uma embaixada soviética manifestasse, ainda que em termos discretos e com polidez diplomática, o desagrado ou a preocupação de seu governo com o curso de determinado acontecimento, com alguma ultrapassagem de limites na ação expansionista dos EUA, para detê-la de imediato. Hoje, aviltada, subordinada, transformada num país de segunda categoria, desacreditada no concerto das nações, a Rússia trai os aliados de sempre e ainda se presta ao papel de transmitir imposições, em nome do imperialismo norte-americano e das demais potências do G-7, apresentando-as como acordos. Assim, muito ao contrário de um acordo de paz, estamos diante da imposição de condições aviltantes, com base no banditismo e na supremacia militar da maior máquina bélica agressiva já criada em todos os tempos.

## Agressores não podem pacificar

Deve-se considerar, também, que politicamente as coisas estavam se complicando para os agressores. O uso da força com a intensidade que se viu tinha o preço político de desmascarar os governos norte-americano e europeus como verdugos do povo iugoslavo e começava a fragilizar-se a justificativa "humanitária" para os bombardeios. A heróica resistência do povo iugoslavo levou aos EUA e a aliança atlântica o dilema, em torno do qual houve divisão de campos, de invadir ou não Kosovo por terra, o que gera medo pânico no governo estadunidense e infundáveis controvérsias na Europa. O próprio ex-secretário de Estado, Henry Kissinger, já tinha advertido que uma invasão seria "perigosíssima" e "com poucas possibilidades de êxito". Isso explica em parte o empenho do G-7 em apressar uma saída.

Quanto à natureza da força militar que a ONU autorizou ingressar no território iugoslavo, não há como tergiversar. Forças de paz são tropas sob a bandeira da ONU, os conhecidos "capacetes azuis", para cumprir uma tarefa concreta por um tempo determinado. Não é disso que se trata. Os 60 mil soldados deslocados para Kosovo chegam sem prazo para a retirada e estarão sob a bandeira dos países imperialistas agressores e sob o comando da OTAN. Mesmo as tropas russas terão que se reportar ao comando atlântico. Dessarte, são tropas de ocupação. E como tais devem ser consideradas pelos povos e pelas forças progressistas e antiimperialistas. Nesse sentido, o fato de que centenas de pessoas se manifestaram na Grécia, quando se iniciou o deslocamento da 26ª. brigada norte-americana rumo a Kos-

sovo, aos gritos de "Fora, assassinos!", simboliza que surge a consciência nos países balcânicos sobre a natureza da força que está sendo enviada para Kosovo. Como diz um comunicado do Novo Partido Comunista da Iugoslávia, "os agressores não podem pacificar".

Não deve haver tampouco ilusão quanto aos objetivos que essa força de ocupação pretende assegurar. Embora formalmente permaneça como parte integrante do território iugoslavo, Kosovo converte-se na prática numa espécie de enclave ou protetorado internacional, sob o tacão militar da OTAN. A Resolução da ONU imposta pelo G-8 aparentemente faz uma concessão à Sérvia ao evitar a expressão "independência" sobre o futuro status de Kosovo. Tenta-se agradar os albaneses com acenos à "autonomia". Mas, com a presença de tropas de ocupação, Kosovo não será sérvia nem albanesa. Não há independência, soberania nem integridade territorial sob a ocupação dos agressores imperialistas. Tudo indica que prevalecerá uma espécie de modelo bósnio, cujas questões de Estado são em última instância decididas pelas potências imperialistas, e onde, depois de dois anos e meio desde os acordos de Dayton, ainda lá estão 32 mil homens armados, quase todos da OTAN.

A resolução da ONU imposta pelo G-8 está longe de promover a verdadeira paz na Iugoslávia. A presença de tropas de ocupação demonstra que o imperialismo norte-americano e as potências euro-atlânticas aliadas estão decididas a levar até o fim o seu propósito de desmembrar territorialmente a Iugoslávia e dominar inteiramente os Bálcãs, o que constituirá um permanente fator de instabilidade a gerar novos e maiores conflitos na região. Por outro lado, interpõem-se de imediato dois problemas à aplicação da resolução da ONU: a decisão dos imperialistas de derrubar o governo do presidente Milosevic, condição *sine qua non* para financiar a reconstrução do país, e o repatriamento dos refugiados. Quanto ao primeiro problema, os principais líderes dos países agressores, a começar por Clinton e Blair, foram explícitos, ao passo que os partidos liberais da Iugoslávia, aglutinados na chamada aliança cívica, em concertação com o presidente montenegrino, Milo Djukanovic, devem passar agora à ofensiva política, contando com respaldo externo. A turbulência política é inevitável. Suas consequências, imprevisíveis.

Quanto ao repatriamento dos refugiados, agora começará o verdadeiro drama daqueles que deixaram seus lares a partir do início dos bombardeios em 24 de março. Para onde voltar? Para povoados devastados? Para casas destruídas? Muitos perderam seus documentos de identidade comprobatórios de nacionalidade e propriedade. Agora, a opinião pública terá a oportunidade de testar se eram verdadeiras as promessas "humanitárias" daqueles que impõem sua vontade através do horror.

Por enquanto, cessaram os bombardeios. Mas começou a ocupação militar. Na permanência dos objetivos imperialistas dos EUA e dos seus aliados da OTAN e na presença de tantos problemas e contradições, a paz nos Bálcãs está muito longe.

Para os povos do mundo e as forças progressistas, no fundo a luta permanece a mesma. Contra a agressão imperialista, contra as tropas de ocupação. Pela independência nacional, pela solidariedade aos países e povos agredidos. Pela verdadeira paz.

\*Jornalista, secretário de Relações Internacionais do Comitê Central do PCdoB



## Foro defende fortalecimento do Mercosul

Partidos e organizações do Brasil, Argentina e Uruguai reuniram-se dias 17 e 18 de junho, em Porto Alegre, no Seminário Regional do Cone Sul do Foro de São Paulo.

O Brasil foi representado pelo PT, PCdoB, PSB, PCB e PPS. A frente argentina de centro esquerda - Frepaso (Frente País Solidário) - e a Frente Ampla do Uruguai também estiveram presentes.

Segundo José Reinaldo Carvalho, secretário de Relações Internacionais do PCdoB, a finalidade do Seminário era extrair uma contribuição coletiva para o seminário "Perspectivas do Foro de São Paulo" que ocorrerá na Nicarágua dias 17 e 18 de julho.

O seminário reafirmou a identidade anti-neoliberal do Foro. "O Foro é um ponto de encontro e um instrumento de socialização das políticas das esquerdas latino-americanas. Instrumento de coordenação de ações entre partidos. Instrumento para promover a solidariedade entre os povos e coletivizar experiências", afirma José Reinaldo.

Foi aprovada uma resolução condenando a agressão imperialista dos Estados Unidos e da OTAN à Iugoslávia e uma moção de solidariedade ao povo colombiano e apoio à negociação com as forças guerrilheiras.

Dois representantes do Cone Sul foram eleitos para o Seminário de Manágua - o Partido Social Democrático da Argentina e o Partido Comunista do Brasil. O PT também estará presente, como membro efetivo do grupo de trabalho (instância dirigente do Foro).

Todos os participantes foram recebidos pelo governador Olívio Dutra (PT/RS).

O encontro aprovou uma carta que será entregue aos chefes de Estado reunidos no final de julho no Rio de Janeiro. A carta manifesta sua preocupação com os rumos do Mercosul e alerta para o fato de que "o processo de integração regional se reduziu ao aspecto comercial, abandonando a vocação de integração ampliada que inspirou sua origem histórica."

Ressalta "o caráter intergovernamental do Mercosul que, concentrando o poder de decisão nos Poderes Executivos de nossos países, coloca à margem os Poderes Legislativos e as organizações representativas da sociedade civil. Entendemos que o papel meramente consultivo exercido pela Comissão Parlamentar e o Foro Econômico e Social limita a participação de nossos povos nesse processo."

Mais adiante, afirma que: "este Encontro de chefes de Estado da América Latina representa a vocação de nossas nações de estreitar relações com todos os continentes. Observamos, no entanto, que as políticas impulsadas pelos governos de nossos países aumentam a posição de vulnerabilidade e submissão aos interesses dos países dominantes."

"No momento atual, quando nossas economias estão ameaçadas pela proposta de criação do ALCA, defendemos um Mercosul distinto e forte que empunhe as bandeiras do desenvolvimento sustentado, com uma distribuição mais justa da riqueza e renda, para transformar em um importante instrumento de construção de um projeto alternativo ao serviço dos interesses de nossos povos."

# Salário, preço e lucro – Marx (2ª Parte)

DILERMANDO TONI

## 2 - Força de trabalho, salário, mais-valia e lucro

Nesse ponto o raciocínio de Marx deparava-se com a seguinte questão: de onde provinha mesmo o lucro? Se uma mercadoria é vendida pelo seu valor, a **força de trabalho**, que é uma mercadoria, também é vendida pelo seu valor. E esse valor é determinado, como vimos, pelo tempo de trabalho necessário para produzir a mercadoria. Então o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo necessário à sua conservação e reprodução, ou seja, “pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho.” (parte VII)

Aparentemente, toda a força de trabalho que o operário despendeu é remunerada pelo patrão ao final de uma semana, por exemplo. Mas essa é uma aparência enganadora pois o capitalista, ao comprar a mercadoria força de trabalho, passa a ter direito de servir-se dela fazendo-a funcionar durante todo o dia, sucessivamente. E aqui é preciso entender que o valor da força de trabalho é completamente distinto de seu funcionamento.

Acontece que a força de trabalho na sociedade capitalista é uma **mercadoria especial**. “Tem a propriedade - como disse Engels - de ser uma força que cria valor, uma fonte de valor, e, principalmente, mediante uso apropriado, a fonte de um valor superior ao dela própria.” (Introdução de Engels ao *Trabalho Assalariado e Capital*)

Para além da aparência: o operário em sua jornada de trabalho acrescenta valores, produtos que

ultrapassam o seu salário, ou seja, uma parte da jornada de trabalho é remunerada, a outra não. A parte pela qual o capitalista não paga equivalente algum, são as horas de **sobretaxa** e esse sobretaxa se traduz em **mais-valia** e em **sobre-produto**.

Marx diz que “este tipo de intercâmbio entre o capital e o trabalho é o que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema do salariado, e tem de conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista.” (parte VIII)

Portanto, toda mercadoria tem sua parte de trabalho remunerado e outra parte não remunerado; logo o capitalista, quando vende a mercadoria pelo seu valor, está vendendo a quantidade total de trabalho nela cristalizado e forçosamente está vendendo-a com lucro. Como diz Marx: “Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário”.

## 3 - Relação entre salário e lucro

Os salários dos operários e os lucros dos capitalistas são retirados do valor que o trabalho dos operários adiciona à mercadoria no processo de sua produção, ou seja, do valor da mercadoria descontados o valor das matérias-primas e dos outros meios de produção empregados.

Esse valor líquido, digamos assim, é delimitado pela quantidade de tempo de trabalho dos operários que contém, mas as proporções em que se divide o montante entre salários e lucros pode variar. Quanto maior um, menor o outro, e vice-versa.

Chamemos a mais-valia de  $m$ , a taxa de mais-valia de  $m'$ , e o capital que o patrão desembolsa em salários de capital variável ou  $v$ . A taxa de mais-valia é a proporção em que o capital variável cresceu, é a grandeza relativa entre a mais-valia e os salários, ou seja, é a proporção entre o trabalho pago e o não remunerado:  $m' = m/v$ . Portanto, quanto mais crescer o denominador da fração, que são os salários, menor será a taxa de mais-valia. E o contrário, quanto menos o patrão desembolsar em salários, maior será o seu lucro.

A palavra **lucro** é usada por Marx “para exprimir o montante total de mais-valia extorquida pelo capitalista”. Chamemos o lucro de  $l$ , a taxa de lucro de  $l'$ , e o capital que o patrão investe em máquinas, ferramentas, construções, matérias-primas, energia, etc., de capital constante ou  $c$ . O capital total é a soma do capital constante com o capital variável, ou  $C = c + v$ . A taxa de lucro é a proporção em que cresceu o total do capital, ou seja, é a grandeza relativa entre a mais-valia e o conjunto do capital ou,  $l' = m/(c + v)$ . Portanto, na busca de uma taxa de lucros elevada, necessariamente o capitalista procura manter a mais-valia ( $m$ ) elevada, o numerador da fração elevado, ou seja, a maior quantidade de trabalho não remunerado possível. Ou, se quisermos, a taxa de lucro ( $l'$ ) é **função direta** da mais-valia ( $m$ ) e **função inversa** de ( $c + v$ ).

## 4 - A luta salarial

Constante e objetivamente processa-se a luta entre o capital e o trabalho em torno da divisão do montante do valor agregado à mercadoria no processo de produção ou, como Marx dizia: “as

lutas da classe operária em torno do padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado; que, em 99% dos casos, não são mais que esforços destinados a manter de pé o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação em que o operário se vê colocado e que o obriga a vender-se a si mesmo como uma mercadoria.” (parte XIV).

Marx, no sentido de orientar a luta salarial, examina a dinâmica da disputa entre lucros capitalistas e salários dos trabalhadores, sob diversos cenários (parte XIII):

4.1 - **Aumento da produtividade ou diminuição da produtividade do trabalho**, variações que decorrem de tal ou qual força produtiva do trabalho seja empregada. No primeiro caso a taxa de mais-valia crescerá com o crescimento da mais-valia e, ainda que o padrão de vida absoluto do trabalhador continuasse o mesmo, a posição social relativa do operário em relação à do capitalista piorará. No segundo caso seria preciso mais tempo de trabalho para produzir uma dada quantidade de mercadorias que consequentemente teriam mais valor. Se os salários não acompanharem esta elevação no valor das mercadorias o padrão de vida do trabalhador também piorará.

Marx constata que o desenvolvimento das forças produtivas acelera a acumulação do capital e que com a acumulação progressiva opera-se uma **mudança progressiva na composição do capital**. A parte do capital global formada por máquinas, matérias-primas, meios de produção de todo o gênero, cresce com maior rapidez que a outra parte do capital destinada à compra da força de trabalho, ou seja,  $c$  cresce mais rápido

que  $v$ . Não é que essa última deixe de crescer, mas o faz em proporção constantemente decrescente quando comparada à primeira. E isso acontecendo, a balança se inclina mais a favor do capitalista contra o operário.

4.2 - **Aumento do preço em dinheiro dos gêneros de primeira necessidade sem que haja variação do valor da força de trabalho do operário**. Nessa hipótese inflacionária com salários arrochados, tão comum nos dias de hoje, Marx chama a atenção de que haveria uma **piora assustadora** no padrão de vida dos trabalhadores, afirmando que “toda a história do passado prova que sempre que se produz uma depreciação do dinheiro, os capitalistas se aprestam para tirar proveito da conjuntura e enganar os operários”.

4.3 - **Alongamento da jornada de trabalho**. Marx diz que “o capital tende constantemente a dilatá-la ao máximo de sua possibilidade física, já que na mesma proporção aumenta o sobretaxa e, portanto, o lucro que dele deriva”. Nesse caso, mesmo que o trabalhador consiga aumentar seu salário, o valor do trabalho pode diminuir “se o aumento dos salários não corresponde à maior quantidade de trabalho extorquido e ao mais rápido esgotamento da força de trabalho que daí resultará”.

Por outro lado, o capital tem também a tendência a **aumentar da intensidade do trabalho** tanto com a aceleração da velocidade das máquinas como aumentando o número de máquinas que cada trabalhador deve fazer funcionar. Se isto acontece com a manutenção da mesma jornada de trabalho sairá perdendo mais uma vez o operário.

[Continua no próximo número]

## HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO 18

# A Revolução Vietnamita

BERNARDO JOFFILY

A crise da experiência soviética, apesar de seu papel negativo, não deteve a luta pelo socialismo e dos movimentos de libertação nacional. Nos anos 60 e 70, uma epopéia deste combate emocionou o mundo: a Revolução Vietnamita.

## Um povo disposto a tudo pela liberdade

O Vietnã possui uma cultura multimilenar, relacionada com a chinesa mas muito ciosa de sua independência. Em 1857-1884 foi submetido ao domínio colonial francês (que se estendia ao Laos e Cambodja, formando a *Indochina Francesa*). A classe dominante feudal se acomodou, mas o povo trabalhador buscou o caminho da resistência. Em 1930, fundou o Partido Comunista, tendo à frente Ho Chi Minh — poeta e ex-marinheiro que corria o mundo, conhecendo a França, a URSS e até o Brasil. A ação anticolonial aumentou.

Durante a II Guerra, a França capitulou face aos alemães, e

as autoridades da Indochina Francesa fizeram o mesmo frente aos japoneses. Os vietnamitas, porém, formaram Vietminh e partiram para a guerrilha, pelo fim de todo jugo estrangeiro.

Finda a guerra, em 1945, a França tratou de recuperar sua colônia, mas deparou com um povo armado e disposto a tudo pela liberdade. Irrompeu uma segunda guerra de libertação. Os vietnamitas, após anos de guerrilha, venceram a batalha decisiva de Diem Bien Phu (1954), forçando a retirada francesa. Porém, pelo tratado de paz, o país foi dividido em dois: o Norte, onde a guerrilha era mais forte, levou Ho Chi Minh à presidência, fez a reforma agrária e iniciou a construção socialista. Mas o Sul caiu sob a ditadura de Ngo Dinh Diem e do neocolonialismo americano. Um plebiscito, previsto para reunificar o país, jamais ocorreu.

## O triunfo de Davi sobre o Golias imperialista

A guerrilha começou e Diem retrucou chamando tropas dos EUA. De 1962 a 1968, estes

puseram no Vietnã até 550 mil soldados. Fiados no seu colossal poderio econômico e militar, não pensavam em uma derrota.

Porém aquele povo de camponeses miúdos e tenazes deu ao mundo um exemplo talvez sem igual de unidade e bravura. Cavou centenas de quilômetros de túneis, fez granadas com ninhos de marimbondos, montou um sistema de transporte por bicicletas... Em breve, o planeta assistia abismado ao triunfo do Davi guerrilheiro sobre o Golias imperialista. Em 1968, a *Ofensiva do Tet* acuou os marines em umas poucas cidades, enquanto as áreas rurais eram bases da guerrilha vietcong (*vietnamita comunista*, apelido depreciativo dado pelos americanos).

Os cadáveres de *marines* não cessavam de chegar aos EUA, envoltos em plástico negro. O governo de Washington passou a encarar outro front, com a juventude americana erguendo-se em enormes manifestações pacifistas. E as próprias tropas começavam a se desagregar, com deserções e rebeliões. O governo Nixon decidiu então pela viet-



Norte-americanos fogem de Saigon, em 1972

namização da guerra: os EUA entrariam apenas com as armas, o dinheiro, os bombardeios indiscriminados do Vietnã do Norte.

Mais uma vez os vietnamitas resistiram, e avançaram, até que os EUA propuseram conversações de paz, em Paris. Estas chegaram a uma solução de compromisso, mas em seguida os combates reiniciaram, já com os EUA completamente impedidos de ter opinião pública interna e mundial

al, de se engajar mais a fundo. Em 30 de abril de 1975, uma ofensiva final da guerrilha libertou a capital do Sul, Saigon (hoje Ho Chi Minh). Os últimos soldados americanos, e seus testas-de-ferro vietnamitas, fugiram às pressas, em helicópteros superlotados. O país, reunificado e em paz, iniciou um longo trabalho de construção, que o converteu em “país dos mil maravilhos”.

# Escravos em luta

JOSÉ CARLOS RUY

No final dos anos 40, o então jovem jornalista, historiador e militante comunista, Clóvis Moura, resolveu enfrentar um problema cuja solução resultou num dos mais importantes livros da história social e política de nosso país: teria ou não havido luta de classes durante o período escravista brasileiro.

A historiografia tradicional dizia que não, opinião compartilhada mesmo por historiadores respeitáveis ligados aos setores progressistas e avançados. Ora, como a teoria marxista diz que o motor da história é a luta de classes, ou os historiadores estavam comprometidos com as estruturas dominantes, e não aceitavam o marxismo, sendo compreensível sua recusa ao reconhecimento da luta de classes; ou mentiam, o que tirava suas obras do campo da história científica, e séria; ou desconheciam a realidade dos conflitos sociais, seja por falta de pesquisas em arquivos, capazes de fornecer a base documental para afirmar a tese da luta de classes como motor da história também no Brasil, ou refutá-la — ou simplesmente partiam de outras preocupações a respeito do sentido de nossa história, e deixavam em um plano subalterno as lutas dos escravos pela liberdade e contra o domínio senhorial.

Clóvis Moura extraiu, então, dos arquivos públicos, principalmente o da Bahia, a documentação reveladora da verdade insofismável de que, como em todas as outras nações, aqui também houve luta de classes sob o escravismo, e ela abrangeu todo aquele período histórico, em todo o território nacional. O resultado é o livro, que agora completa 40 anos, *Rebeliões da senzala — quilombos, insurreições, guerrilhas*, publicado em 1959 e ampliado nas edições posteriores, de 1972, 1983 e 1988. O livro teve o destino daqueles que já nascem clássicos: desvendou todo um campo novo ao conhecimento histórico de nosso país, lançando pistas e sugestões para uma legião de historiadores marxistas que seguiram a senda por ele indicada. Nele, a historiografia progressista brasileira se reconcilia com o povo de nosso país, e a história dos brasileiros reencontra sua linhagem, que vai dos escravos africanos que construíram toda a riqueza da colônia, nos engenhos de açúcar, nos latifúndios, nas minas, aos operários e trabalhadores rurais do Brasil moderno.

Outro aspecto que ressalta em *Rebeliões da senzala* é o desmascara-



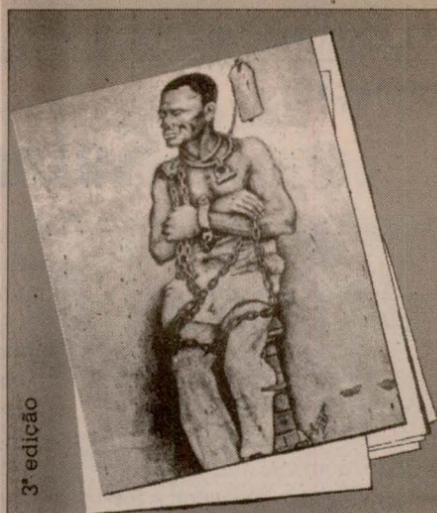
mento, no campo marxista, das raízes do racismo brasileiro e sua íntima ligação com estruturas de poder oriundas do passado colonial, justificadas ideologicamente pela alegada inferioridade racial dos brasileiros descendentes dos antigos escravos e que legitimavam o domínio das elites brasileiras, que se autodenominam *brancas* pela sua também alegada missão civilizatória.

Outra contribuição de *Rebeliões da senzala* é a compreensão nova, mais profunda, do domínio de classes no Brasil, e da luta do proletariado contra ele. O conhecimento das lutas dos escravos brasileiros, seja nos quilombos, nas insurreições urbanas ou em sua participação em movimentos de rebeldia de outras camadas da população, mostra que em uma nação multiétnica como nosso país, onde mais da metade da população é formada por descendentes de negros, índios e seus mestiços, as linhas da questão racial se confundem com a divisão de classes na sociedade; e se a compreensão do racismo requer esse reconhecimento, a visão das classes e da luta de classes só corresponderá de fato à realidade social do país se incorporar à dimensão classista também a dimensão étnica. De tal forma que a luta contra o racismo é de todo o povo de nosso país, independente de sua origem étnica. E, ao mesmo tempo, a luta de classes exige a incorporação à seu escopo desta dimensão, a luta contra o do-

mínio dos que têm a pele clara sobre aqueles de tonalidade mais escura, de olhos, bocas, narizes, cabelo e crânios de outro formato.

*Rebeliões da senzala*, finalmente, é também uma trincheira para os historiadores progressistas e para os militantes da luta social no combate ideológico que marca o campo do conhecimento histórico e de sua ligação com as lutas democráticas e progressistas. A historiografia da moda, em nossos dias, recusa a compreensão do processo histórico, da luta de classes, e faz do marxismo — e dos comunistas — o principal alvo de suas críticas. Tributária de correntes dominantes na Europa e nos EUA, estas correntes, pretendem fazer uma história supostamente neutra perante a política e a luta de classes, que considera como *narrativa* e não como relato e investigação científica. Impotentes teoricamente, são historiadores incapazes de compreender a luta dos povos, pelos quais quase sempre não têm simpatia, e que assim voltam-se à reconstituição minuciosa de detalhes. Desprezando a luta dos escravos, voltam-se ao relato de histórias pessoais — quase sempre dramáticas — de indivíduos escravizados. Fazem, assim, o trabalho meritório de ampliar a base documental e factual do conhecimento histórico, mas não avançam na interpretação e no conhecimento propriamente dito dos processos históricos ocorridos em nosso país. Acusam, com frequência, que os historiadores marxistas, Clóvis Moura em particular, consideram o escravo como coisa e não como pessoa. O simplismo dessa idéia salta aos olhos: como seria possível, em relações sociais baseadas na coerção, na violência física, e na mutilação e mesmo assassinato dos que não se submetiam, a existência de relações de natureza contratual, onde a convivência seria moldada pela negociação e pela transigência a respeito de múltiplos aspectos da vida?

O anacronismo dessas idéias que recusam a compreensão do processo histórico como uma realidade objetiva leva estes historiadores a focarem indivíduos e, num dogmatismo semelhante àquele que imputam aos marxistas, generalizarem ilegitimamente, para outras épocas históricas, a situação existencial deste indivíduo que o capitalismo criou, sem compreender — e esta é uma das lições profundas de *Rebeliões da senzala* — que é no processo de luta contra aquelas estruturas opressivas e desumanizadoras que a humanidade do escravo se afirma.



3ª edição

REBELIÕES DA SENZALA

Clóvis Moura

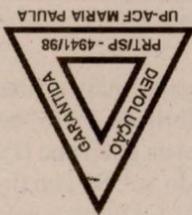
A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL 6

## Negros fazendo história

CLÓVIS MOURA\*

O dinamismo da sociedade brasileira, visto do ângulo de devir, teve a grande contribuição do quilombola, dos escravos que se marginalizavam do processo produtivo, e se incorporavam às forças negativas do sistema. Desta forma o escravo fugido ou ativamente rebelde desempenhava um papel que lhe escapava completamente, mas que funcionava como fator de dinamização da sociedade. As formas “extra legais” ou “patológicas” de comportamento do escravo, segundo a sociologia acadêmica, serviram para impulsionar a sociedade brasileira em direção a um estágio superior de organização do trabalho. O quilombola era o elemento que, como sujeito do próprio regime escravocrata, negava-o material e socialmente, solapando o tipo de trabalho que existia e dinamizava a estratificação social existente. Ao fazer isto, sem conscientização embora, criava as premissas para a projeção de um regime novo no qual o trabalho seria exercido pelo homem livre e que não era mais simples mercadoria, mas vendedor de uma: sua força de trabalho.

\*Trecho do livro *Rebeliões da Senzala*



IMPRESSO

CNPJ 01318-020 - São Paulo - SP

Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista

Tel.: (011) 3104 4140



A CLASSE OPERÁRIA  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois